

AS ORDENS MENDICANTES NA COIMBRA MEDIEVAL: NOTAS E DOCUMENTOS

SAUL ANTÓNIO GOMES *

1. A cidade de Coimbra nos alvares de Duzentos

No dealbar do século XIII, Coimbra era um dos mais significativos centros urbanos de Portugal. Acompanhavam-na em crescimento demográfico e em desenvolvimento económico muito poucas outras cidades, podendo citar-se Lisboa e Santarém como aquelas que mais se integravam no pelotão urbano das primeiras e mais prósperas urbes do Reino. Só num segundo nível se posicionariam cidades episcopais em processo de desenvolvimento económico, social e urbanístico como Braga, Porto, Guarda, Lamego ou Viseu. É um assunto que aguarda estudos monográficos profundos. Sem o estatuto episcopal, Portugal assistia à afirmação de outros núcleos urbanos de evidenciadas prosperidades económica e populacional, casos de Guimarães, Barcelos, Leiria, Tomar, Abrantes, Óbidos ou Torres Vedras ou, ainda e porventura, de urbes como Bragança, Chaves, Castelo Branco ou Covilhã. No Sul, as cidades recém-conquistadas ao poderio muçulmano caminhavam em direcção aos níveis de desenvolvimento destes centros urbanos setentrionais, afirmando-se Évora, Beja e Silves como centros com uma extensa capacidade regional político-administrativa¹.

* F.L.-U.C.

¹ Principais abreviaturas utilizadas: AUC = Arquivo da Universidade de Coimbra; BGUC = Biblioteca Geral de Universidade de Coimbra; TT = Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Sobre as cidades portuguesas veja-se a síntese de A. H. de Oliveira Marques, «Les villes portugaises au Moyen Âge (XIV^e-XV^e siècles)», *Villes et Sociétés*

Naquele momento, no entanto, Coimbra individualizava-se no tecido político global português pelo seu estatuto de centro residencial preferencial da realeza. Foi em Coimbra, e a partir daqui, que D. Afonso Henriques viu estimular-se a sua percepção de monarca herdeiro do espírito político de conquistador de cidades e praças militares aos muçulmanos que seu avô, D. Afonso VI, tanto impulsioneira. Com base em Coimbra, efectivamente, organizou-se todo o processo da Reconquista do território nacional, alargando-se Portugal até ao eixo tagano e alentejano. Coimbra foi, assim, um centro nevrálgico da vida política nacional, a ela afluindo as mais poderosas hierarquias sociais, quer entre os leigos, quer dentro do sector eclesiástico. Mesmo na ausência do monarca, a cidade permanecia sempre ocupada pela parte mais significativa da sua parentela e, dentro desta, sobressaíam as mulheres. Rainhas e Infantas povoavam os paços reais da cidade e das suas redondezas, intervindo mais ou menos directa e discretamente na vida social local. Intervenções especialmente relevantes no domínio da assistência e da solidariedade pública, particularmente visíveis junto dos claustros e hospitais monásticos. Sobrevivem na memória social coimbrã, ainda na contemporaneidade, muitas lendas e narrativas patrocinadas por esse fundo mítico feminino tão complexo e tão fértil na história desta cidade.

A chegada dos primeiros Mendicantes a Coimbra encontra-se rodeada de silêncios e de insinuações. Silêncios pela escassez de informação escrita coeva sobre o acontecimento - Franciscanos e Dominicanos, mais aqueles do que estes, de facto, devem ter-se confundido maioritariamente no seio da população comum, do povo, não atraindo de imediato as simpatias dos grupos sociais dominantes, filhos que eram de níveis de (con)vivência bastante distintos dos populares - e insinuações pelo facto de que as informações mais precoces a eles respeitantes se apresentarem numa zona como que satélite das mais altas hierarquias sociais.

Na verdade, Franciscanos e Dominicanos - não temos notícia de terem chegado à Coimbra medieva carmelitas ou eremitas agostinhos

Urbaines au Moyen Âge. Hommage à M. le Professeur Jacques Heers, Paris, Sorbonne, 1994, pp. 105-112. Seja-me permitido remeter para as minhas páginas «Mundo Rural e Mundo Urbano», *Nova História de Portugal*. Vol. 3. *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, (coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem), Lisboa, Presença, 1995, pp. 386-399.

- entram na ribalta da história portuguesa e coimbrã associados aos ambientes paços das cortes régia e episcopal. Pelo menos foi esse lado da sua história que os cronistas legaram aos historiadores. É pelo lado do poder e do mando que, efectivamente, encontramos os primeiros Mendicantes em Coimbra. Protegidos pela família real, sobretudo pelas Infantas, acolhidos uns - os menoritas que num testamento de um cônego de Coimbra são chamados «descalços» - à caridade do pequenino hospital-albergue de viandantes e de peregrinos de St^o Antão dos Olivais, propriedade da Ordem dos Cônegos de Sto. Antão² - e outros, os Dominicanos, às ante-câmaras dos palácios aristocráticos da cidade, a verdade é que, desde cedo, eles se inserem nos circuitos do poder político coimbrão, quer nos de dimensão local, quer nos da maior condição nacional.

Os historiadores têm sido quase unânimes na apresentação da cidade como o núcleo essencial da gestação dos Mendicantes na Europa medieval. Efectivamente, Francisco de Assis, filho de um rico mercador franco e Domingos de Gusmão, cônego capitular de Osma, são filhos da cidade. As Ordens que paulatinamente institucionalizam derivam das respostas e dos métodos pastorais que a Igreja encontrou para ultrapassar a dolorosa crise das heresias que pululavam na Occitânia, alastrando rapidamente por toda a Cristandade. Valdenses ou cátaros ou outros heréticos foram sementes resultantes dos desequilíbrios sociais urbanos. Eles emergiram e singraram no meio de rupturas e de insuficiências. Os modelos espirituais típicos dos programas pastorais das velhas Ordens monásticas revelaram-se inadequados para os novos tempos e para a assunção da cidade como centro dinamizador da nova economia e da nova sociedade medieval. Sociedade enraizada nas hierarquias de base feudal, mas que agora se via cada vez mais comprometida com a emergência de novos grupos que dominavam pelo poder do dinheiro, ganho nas praças e mercados urbanos, nas feiras e no comércio internacionais³.

² Pierre David, *A Sé Velha de Coimbra*, Porto, Portucalense Editora, 1943, pp. 93-100.

³ Sobre este tema a bibliografia é muito abundante. São clássicos os estudos de Jacques Le Goff, «Ordres mendiants et urbanisation dans la France médiévale», *Annales. E. S. C.*, 25 (1970), pp. 924-946; de A. Guerreau, «Observations statistiques sur les créations de couvents franciscains en France, XIII^e-XV^e siècles», *Revue d'Histoire de l'Église de France*, 70 (1984), pp. 27-60; Jacques Chiffolleau, «Pour une économie de l'institution ecclésiale à la fin du Moyen Âge», *Mémoires de*

A uma nova sociedade corresponderiam novas expectativas e exigências espirituais. Beneditinos, Cónegos Regrantes de St^o Agostinho, Cistercienses e Premonstratenses pareciam não conseguir atender às novas exigências teológico-morais desta sociedade em mutação. A vida social exigia uma outra visão do papel da Igreja e dos seus ministros no mundo temporal. A antiga pobreza dos monges enclausurados ou dos cónegos regrantes não se comprometia seriamente com esta outra *paupertas* urbana que as estruturas episcopais e capitulares se viam incapazes de integrar.

A acção mendicante respondeu às dúvidas dos fiéis, (re)encaminhando-os para uma via espiritual que prometia a salvação de forma compreensiva e integrada nas exigências cidadinas dominadas pelo dinheiro das burguesias mercantis. Pela pregação, pela confissão, por uma noção da prática penitencial como pedagogia da reinserção social mais do que da exclusão, pela conduta moral exemplar dentro e fora dos claustros, por todo um outro sentido de comunhão com as massas populares nas suas mais diversificadas estratificações económicas e sociais (que ia ao ponto de abrir uma terceira via religiosa para leigos cujo êxito foi incontestável), Franciscanos e Dominicanos souberam (re)fundar a Igreja e (re)vivificar as suas cargas institucionais vindas da tradição romano-católica⁴. À riqueza e à abundância, factores de desigualdade social, os Mendicantes opuseram a prática evangélica da pobreza, da humildade e da caridade. À clausura restritiva dos centros monásticos tradicionais, os frades propunham a mendicância, a itinerância apostólica, a (con)vivência no meio das populações.

l'École Française de Rome, 96 (1984), 1, pp. 247-279; M.-H. Vicaire, «Le développement de la province dominicaine de Provence (1215-1295)», *Annales. E. S. C.*, 28 année, 4 (1973), pp. 1017-1041. Para Portugal, ver-se-á José Mattoso, «O enquadramento social e económico das primeiras fundações franciscanas», *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Lisboa, I.N.C.M., 1984, pp. 329-345.

⁴ Barbara H. Rosenwein e Lester K. Little, «Social meaning in the monastic and mendicant spiritualities», *Past & Present*, 63 (1974), 4-32; Giulia Barone, «L'Ordine dei Predicatori e le città. Teologia e politica nel pensiero e nell'azione dei Predicatori», *Mémoires de l'École Française de Rome*, 89 (1977), pp. 609-618; Giacomo Todeschini, «Ordini mendicanti e coscienza cittadina», *ibidem*, pp. 657-666; C. H. Lawrence, *The Friars. The Impact of the early mendicant movement on western society*, Londres, Longman, 1996, *passim*; Marie-Humbert Vicaire, *Dominique et ses Prêcheurs*, Paris, CERF, 2^a ed., 1977, *passim*; Idem, *Histoire de saint Dominique*, 1. *Un homme évangélique*, 2. *Au coeur de l'Église*, Paris, CERF, 1982, *passim*.

Com o triunfo das cidades, os poderes tradicionais de mando deslocaram-se para elas. A economia monetária das sociedades europeias medievais diversificaria o tecido social. Nas cidades multiplicaram-se os burgueses enriquecidos pelo comércio e pela mercancia, como a elas acorreram sectores do estrato nobiliárquico que procuravam o relacionamento próximo com as cortes régias ou senhoriais. Nela cresceram, também, as assimetrias sociais. Os mais pobres evidenciaram-se de forma inaudita, crescendo a contestação sócio-política e a insegurança da comunidade.

Coimbra não era excepção. O Mondego permitia-lhe pequenos portos de tráfico fluvial com rápida ligação à costa. Desde sempre que a Foz do Mondego, por Buarcos ou S. Julião, funcionara como porto marítimo de significado internacional. Barcas do Norte da Europa ou oriundas das cidades mediterrâneas ali aportavam, deixando mercadorias e gentes, peregrinos e cruzados, embarcando outrossim novas cargas e viajantes. Para defesa do território e dessa magnífica via fluvial de acesso ao interior continental, se construíram numerosas pequenas fortificações e postos de vigia, todos eles satélites das grandes estruturas defensivas como eram os castelos de St^a Eulália, de Montemor-o-Velho e, muito especialmente, o de Coimbra⁵.

Quando os primeiros Frades arribaram a Coimbra, a cidade ufanava-se da sua prosperidade. Com cerca de 40 hectares de área urbana, repartidos por nove paróquias (Sé, S. Pedro, S. Bartolomeu e S. João da Almedina, intra-muralhas, Santa Justa, S. Salvador, S. Cristóvão, S. Tiago e S. João das Donas, fora da cerca, Coimbra era também um centro diversificado de clero. Nos seus arredores existiam antigos cenóbios que conheceram as regras moçárabes, beneditina e cluniacense (S. Jorge, Vacariça, Lorvão). Vizinho das muralhas da almedina, ergueu-se o poderoso Mosteiro de Santa Cruz, em 1131, primeiro sintoma da reformulação dos quadros da prática pastoral religiosa local. Ocupado por Cónegos Regrantes de Santo Agos-

⁵ Sobre estes aspectos veja-se Maria Helena da Cruz Coelho, «A acção dos particulares para com a pobreza nos séculos XI e XII» e «A propósito do foral de Coimbra de 1179», *Homens, Espaços e Poderes. Séculos XI-XVI. I - Notas do Viver Social*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 78-120. Eadem, *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média (Estudo de História Rural)*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1983, Vol. I, pp. 1-81. É sempre importante enunciar as páginas pioneiras de Jaime Cortesão, *Os Factores Democráticos da Formação de Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 3^a ed., 1978, pp. 58-100.

tinho, o Mosteiro afirmou-se rapidamente como grande centro de formação clerical, disputando à Sé coimbrã os seus monopólios tradicionais tanto nesta área cultural como na área das jurisdições episcopais do costume⁶.

Surgiram, entretanto, novos cenóbios, particularmente importantes para o sector feminino. Junto a Santa Cruz aparece o Mosteiro de S. João das Donas, servido por uma pequena comunidade de cónegas. Identificado com este, mas constituindo uma realidade institucional própria, estava o Hospital de S. Nicolau das Donas, igualmente de cónegas ou conversas filiadas na regra agostiniana. Grupos de enceladas ou «beguinhas» evoluíram para o Mosteiro de Celas de Guimarães, de Cister (pouco depois de 1219), surgindo também o Mosteiro Santa Ana ou de Celas da Ponte (Cónegas Regrantes Agostinhas). No sector masculino, os cistercienses encaram Coimbra como um pólo muito apetecido. Num quadro regional próximo surge a fundação, ainda undecentista, de Santa Maria de Seiça e a afiliação de Lorvão nos alvares de Duzentos. Referimos já Celas de Guimarães, nos arredores da cidade, devendo-se ainda mencionar a fundação, em 1221, do importante Mosteiro de S. Paulo de Almaziva⁷.

Com a instalação dos Mendicantes, a cidade viu crescer o número das suas igrejas e capelas, mas não o índice de paróquias urbanas que se manteve inalterado. Em 1315, somavam-se aos institutos religiosos antes elencados, junto de Coimbra, os Mosteiros de S. Fran-

⁶ Uma visão actualizada da história deste Mosteiro deve-se a Armando Alberto Martins, *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Séculos XII-XV. História e Instituição*, 2 tomos (policopiados), Lisboa, Faculdade de Letras, 1996. Para a sua integração nas vésperas da chegada dos primeiros Franciscanos a Coimbra consulte-se o estudo de Maria Helena da Cruz Coelho, «Santo António de Lisboa em Santa Cruz de Coimbra», *Congresso Internacional Pensamento e Testemunho. 8º Centenário do Nascimento de Santo António. Actas*, Vol. I, Braga, Univ. Católica Portuguesa, 1996, pp. 179-205. Sobre as questões jurisdicionais entre Santa Cruz e a Mitra veja-se o meu estudo «Organização paroquial e jurisdição eclesiástica no priorado de Leiria nos séculos XII a XV», *Lusitania Sacra*, 2ª série, 4 (1992), pp. 163-310.

⁷ Dados verificáveis nas páginas que publiquei intituladas «Mundo Rural e Mundo urbano», cit., pp. 393-394. Vd., na mesma obra, o capítulo de Maria Alegria Marques, «O Clero. Homens de Oração e Acção», pp. 225-230; Eadem, *O Papado e Portugal no Tempo de D. Afonso III (1245-1279)*, Coimbra, Faculdade de Letras (policopiado), 1990, pp. 288-293; Maria José Azevedo Santos, *As Origens do Mosteiro de S. Paulo de Almaziva*, Coimbra, Biblioteca Municipal, 1982.

cisco e de S. Domingos, o Convento das Clarissas, as Donas de St^a Margarida (de Ordem ignorada), as Emparedadas de S. Mateus e as de S. Lourenço, entre outras casas com funções religioso-pastorais como seriam «mercearias» e, muito provavelmente, as Ordens terceiras franciscana e dominicana⁸.

2. O acolhimento das novas Ordens

A data exacta da chegada de Franciscanos e Dominicanos a Coimbra é incerta. Antes de 1226 já os Pregadores habitavam a cidade, protegidos pelas Infantas D. Branca e D. Teresa, bem como pelo Bispo local⁹. Sobre estes, sabe-se que a sua Regra impunha sempre um número mínimo de 12 frades mais um prior para a fundação de uma casa¹⁰. O Convento vizinhava a Fonte de Runa (Arnado)¹¹,

⁸ Lista que pode ser aferida, a título de exemplo, no testamento de Francisco Peres, cônego de Coimbra, datado de 23 de Fevereiro de 1315. (TT - *Sé de Coimbra*, 2^a incorp., M^o 25, Doc. 1038). Em 1298, no testamento do Cônego Vasco Domingues, menciona-se uma verba destinada a um: «ffrey daniel» pai de uma Estevainha. Tratar-se-á, muito provavelmente, de um irmão terceiro franciscano. (TT - *Sé de Coimbra*, 2^a incorp., M^o 8, Doc. 375). Os Terceiros Franciscanos estavam disseminados por uma grande parte do País já em Trezentos. D. Pedro I, em 23.03.1364: «confirmou e outorgou aos frades de sam francisco da terceyra hordem todos seus priuilegios e liberdades». (*Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I (1357-1367)* (dir. A. H. Oliveira Marques), Lisboa, Centro de História da Fac. de Ciências Sociais e Humanas - INIC, Doc. 884, p. 405). Em Leiria, então do bispado coimbrão, a Ordem Terceira Franciscana tinha bastantes adeptos dentro da oligarquia local e mesmo dentro do grupo mesteiral. (Vd. Saul Gomes, *O Convento de S. Francisco de Leiria...*, pp. 411-413).

⁹ Vide Fr. Luís de Sousa, *História de S. Domingos* (ed. preparada por Manuel Lopes de Almeida), Porto, Lello & Irmão, 1977, pp. 280-304; Maria Helena da Cruz Coelho e João José da Cunha Matos, «O Convento Velho de S. Domingos de Coimbra (Contributo para a sua História)», *Arquivo Histórico Dominicano Português*, Vol. III / 2, Porto, 1986, pp. 1-13.

¹⁰ M.-H. Vicaire, «Le développement de la province dominicaine...», p. 1019.

¹¹ Lê-se em documento de 1503: «huum cortinhall [em] augoa de Runes Junto com ho moesteiro de sam domingos. - Item o sobreditō cortinhall Junto com sam domingos (...) E parte do norte com Rua pubrica E do sull com a ditā augoa de Runa, E do leuante com cortinhall de santa maria de samta cruz, E do ponemte com cortinhall de gomçallo sueyro e com outras comfromtações.» (AUC - Dep. IV, 2^a E, 7, Tab. 5, N^o 1, *Tombo Velho do Hospital Real*, fl. 62v^o).

erguendo-se num: «posto que havia nome a Figueira velha, porque por huma parte pera a comunicação da cidade não ficava longe, e por outra senhoreava o Rio», segundo Fr. Luís de Sousa ¹². S. Domingos de Coimbra alcantilava-se, pois, junto à antíquíssima ponte, confrontando no rossio da Portagem, por onde se estabeleciam as fulcrais ligações de Coimbra com o Sul do País, comunicando na sua parte sententrional com os corredores de entrada na urbe para quem vinha da orla costeira, zona onde a mancha de olival e o número das almuinhas e vinhedos se revelava muito alto. Para a fundação da casa monástica, as Infantas mencionadas efectuaram, segundo documento de 1242, aquisições de herdades no valor de 450 morabitinos, fora um escambo de uma propriedade de S. Salvador, sita naquele lugar, que valeu três casais em *Brase*, e a de casas que alguns moradores ali tinham feito e onde viviam, vizinhando o bairro paroquial de S. Salvador ¹³.

Quanto aos Franciscanos, a sua presença em Coimbra passa pelo caso dos cinco Mártires de Marrocos (†1220). A pequena comunidade cresceu pois que em 1247 já se processava a fundação do novo Convento na margem esquerda do rio ¹⁴.

Devemos acentuar, no entanto, que a primeira geração de Dominicanos e de Franciscanos em terras portuguesas teve inícios preferencialmente eremíticos e peri-urbanos senão mesmo rurais ¹⁵. Começam por se instalar em zonas ermas e serranas. Os Pregadores recolheram-se à Serra de Montejunto, nos arredores de Alenquer, optando por posições mais «urbanas» numa fase posterior que levou à sua instalação em Santarém, Coimbra, Lisboa, Porto e Guimarães ¹⁶. Algo de semelhante parece ter sucedido com os Franciscanos.

¹² *Op. cit.*, p. 280.

¹³ Fr. Luís de Sousa, *Op. cit.*, p. 281.

¹⁴ Fr. Manuel da Esperança pouco consegue adiantar sobre este problema, enunciando já então a escassez de fontes documentais para a elucidação do mesmo. Vide *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco...*, 1ª Parte, Lisboa, 1656, pp. 260-265.

¹⁵ No que seguiam, aliás, o modelo itinerante e ascético de Fr. Francisco de Assis. Vide as várias hagiografias sobre este reunidas em: *Fontes Franciscanas. I. S. Francisco de Assis. Escritos, Biografias, Documentos*, Braga, 2ª ed., 1994 (edição portuguesa coordenada por Fr. Manuel Marques Novo).

¹⁶ Vide Fr. Luís de Sousa, *História de S. Domingos*, (ed. de M. Lopes de Almeida), Vol. I, Porto, Lello & Irmão, 1977, *passim*.

Os primeiros Franciscanos em Coimbra, saídos da geração fundacional da Ordem, companheiros que haviam conhecido certamente o próprio *Poverello* de Assis, não só devem ter seguido o espírito apostólico do Fundador muito de perto, vivendo entre os mais desamparados e desfavorecidos, como também parece não terem querido seguir uma opção imediata pela fundação em Coimbra de um grande convento. Um grupo desses frades chegou mesmo a instalar-se em pleno campo, em Caldas, lugarejo do termo de Montemor-o-Velho, onde edificaram uma casa dedicada a S. Nicolau, debaixo da protecção de D. Teresa, filha de D. Sancho I, não tendo essa fundação, ao que parece de tipo eremítico, surtido efeito (...1230) ¹⁷. Há notícia documental, também, de uma fundação franciscana em Penela, activa por 1235 e, talvez, uma outra nas proximidades de Viseu, em Peneireiro (ca. 1333) ¹⁸.

As estratégias de institucionalização destas Ordens foram diferenciadas entre si. De facto, os Pregadores dessa época fundacional tiveram como provincial o português Fr. Soeiro Gomes, apresentado no cargo directamente por Fr. Domingos de Gusmão. Fr. Soeiro Gomes liga-se rapidamente aos círculos do poder real, gozando da protecção de altos-magnates cortesãos e da alta-hierarquia eclesial, muito particularmente do bispo de Coimbra, D. Pedro Soares (†1233). A confiança política de que se sentia alvo levou-o mesmo a programar decretos de âmbito social (os famosos *decretos laicales*

¹⁷ A oração e a contemplação em locais afastados das cidades eram práticas correntes entre os primeiros Franciscanos, bem no encalce do modelo protagonizado por Fr. Francisco de Assis. Veja-se *O Cartulário do Mosteiro de S. Paulo de Almaziva. Edição Crítica* (por Maria José Azevedo Santos), Coimbra, 1981, doc. 28, pp. 59-60; José Matoso, «O Enquadramento Social e Económico das Primeiras Fundações Franciscanas», cit., pp. 331-332.

¹⁸ No testamento do cónego conimbrigense Paio Gonçalves, datado de Agosto de 1235, menciona-se uma doação: «Ad fratres minores medium . morabitinum, de penela. medium .morabitinum». Esta frase, apesar de emendada e sublinhada no documento, deixa transparecer claramente a existência de um eremitério franciscano em Penela, importante centro urbano regional naquela época. (TT - *S. Jorge de Coimbra*, 1ª incorporação, Mº 5, Doc. 39). De 9 de Abril de 1333, a estar correcta esta informação, há notícia de uma comunidade de Frades Menores em Peneireiro (Viseu), de que se intitulava antigo prior um Pero Anes. (Marcelino Pereira, *O Mosteiro de S. Domingos no Arquivo da Universidade*, Coimbra, Arquivo da Universidade, 1987, p. 251, doc. 39).

alusivos à confiscação de bens de hereges) que atrairiam a ira régia de D. Afonso II ¹⁹.

Ao Convento de S. Domingos de Coimbra ligam-se, nos seus primórdios, dois importantes nomes no historial do que poderemos chamar a corrente subterrânea dos santos «informais» portugueses do período medieval. Na verdade, relacionaram-se com este Convento os designados S. Fr. Gil de Santarém (†...1265) e S. Fr. Paio († ca. 1257), credores da veneração ritual dos fiéis conimbricenses e, sobretudo, dos seus condiscípulos ²⁰. A residência destes Frades no Convento coimbrão, com superior formação intelectual, parece atestar que esta claustra dominicana não só devia ser, já então, um importante centro de estudos dentro da Província (*studium particulare*), como seria também um dos pólos centrais de toda a Ordem no País, ombreando com o importantíssimo Convento de Santarém.

Não encontramos nada de semelhante com os Frades Menores, posto que também eles tenham recebido atenções e protecções na família real, muito em especial das Infantas Teresa e Sancha. Na realidade, os primeiros «santos» franciscanos não surgem do claustro menor coimbrão, sendo antes peregrinos originários de Itália, cujas relíquias retornariam ocasionalmente a Coimbra, sendo acolhidas ao Mosteiro de Santa Cruz. Por outro lado, não surgem, nas gerações franciscanas da Coimbra ducentista, figuras intelectuais equiparáveis às que viviam entre os Dominicanos.

Os projectos fundacionais dos Conventos destas Ordens em Coimbra trilhariam destinos diferenciados, o mesmo acontecendo nos métodos apostólicos de implantação na cidade. O brilho das pregações de Fr. Paio, que devem ter encantado todo o clero diocesano e muito particularmente o colégio canonical da Sé senão mesmo rivalizado com a acção dos Cónegos de Santa Cruz, eles próprios exímios especialistas nessa metodologia religiosa - como o demonstrará sempre a formação de D. Fernando Martins... - não teve rival local entre as hostes menoríticas. É também importante sublinhar que entre o clero secular catedralício e Dominicanos se estabeleceram importantes laços de solidariedade espiritual e de consideração intelectual, como se demonstra na testamentaria dos cónegos capitulares onde os Fra-

¹⁹ Maria Teresa Nobre Veloso, «Um tempo de afirmação política», *Nova História de Portugal*. Vol. 3, cit., pp. 91-92.

²⁰ Fr. Luís de Sousa, *Op. cit.*, pp. 283-290.

des Pregadores recebem atenções e encómios. Há mesmo notícia documental de cônegos que se passaram ao claustro dominicano e de outros que receberam a especialíssima e difícil integração na familiatura espiritual da Ordem ²¹.

Em Portugal, a devoção a S. Francisco é bastante precoce. O historiador Félix Lopes refere como credível ter S. Francisco pisado solo compostolense (e porventura brigantino) por 1213. Em 1217, segundo o mesmo Autor, foram estabelecidos eremitérios Franciscanos em Alenquer e em Guimarães, à frente dos quais surgiram Fr. Zacarias de Roma e Fr. Gualter, franciscanos de que as crónicas e as lendas da Ordem guardam precisa memória. A decisão tomada no Capítulo Geral de 1217 de expandir a Ordem por toda a Cristandade traduziu-se na vinda para a *Hispania* de um grupo numeroso de frades, onde se estabeleceram em novos eremitérios como os de Lisboa e de Coimbra.

Em 1221, efectivamente, atesta-se já a casa conventual dos Frades Menores de Coimbra. Nos anos seguintes surgiram as fundações de Leiria (1231), Porto (1234), Covilhã e Guarda (1235) e Santarém (1242). O Convento de Bragança foi fundado antes de 1271, recolhendo-se a tradição de, aliás, ter sido o primeiro em solo português ²².

A multiplicação das casas conventuais nos territórios galaico-portugueses foi muito rápida. Em 1232 foi autonomizada a Província de Santiago, englobando toda a custódia menorita portuguesa sediada em Lisboa. Em 1272, o crescimento dos Franciscanos levaria a uma nova repartição dos frades, surgindo a custódia de Coimbra ²³.

²¹ Vd. Maria Helena Coelho e J. J. Cunha Matos, *Op. cit.*, pp. 4-5, notas 22 a 31. Veja-se o apêndice documental onde publicamos a carta de familiatura do cônego Geraldo Peres, dada pelo Capítulo Provincial de Coimbra em [1365].

²² Vd. Félix Lopes, «Franciscanos», *Verbo Enciclopédia...*, col. 1552.

²³ Em 1282, a Província de Santiago tinha quatro custódias e 39 casas; a Província de Castela contava com sete custódias e 49 casas e a Província de Aragão tinha cinco custódias e 36 casas. Sobre o tema vide Domenico Cresi, «Statistica dell'Ordine Minoritico all'anno 1282», *Archivum Franciscanum Historicum*, 56 (1963), pp. 157-162. Cf. Fr. Manuel da Esperança, *Historia Serafica...*, I, pp. 268, 281-296; IIª Parte, Lisboa, 1666, pp. 246-247. Por esta época, ou pouco após, sofria a igreja menorítica de Coimbra importantes obras de construção. Em 15.10.1289, Domingos Gonçalves, corregieiro, sepultado em Santa Cruz de Coimbra, legou aos Frades Menores da cidade, cinco libras e um moio de trigo para pitaças e outras cinco libras para as obras do Convento (TT - *Santa Cruz de Coimbra*, 1ª incorp.,

Nesta época, afirmavam-se como Conventos principais do Reino - talvez, mesmo, Conventos de cem frades, objectivo e utopia disseminada, por exemplo, pela Ordem de S. Domingos, como refere M.-H. Vicaire ²⁴ - os de Santarém, Lisboa, Porto e Coimbra. Num segundo grupo, encontravam-se os de Alenquer, Guimarães, Bragança, Lamego, Portalegre, Évora, Beja e Leiria. Pelo menos, é esta a hierarquia que eles tinham na vontade régia, como se observa, por exemplo, no testamento de D. Afonso III, de 1271, onde se estabelece esta divisão entre casas merecedoras de uma dádiva de cem libras e as que deveriam receber apenas metade desse valor ²⁵. Um século mais tarde, em 1380, institucionalizar-se-ia, já em ambiente reformista proto-observante, a custódia de Évora ²⁶.

Agentes fiéis ao poder papal ²⁷, os Mendicantes revelam-se instrumentos activos da diplomacia internacional, servindo a política eclesiástica decretada por Roma, tanto quanto as necessidades diplomáticas da monarquia. Por isso os vamos encontrando como confesores e conselheiros na casa real e noutras cortes senhoriais. Em Coimbra, salvo momentos conjunturais, os Prelados parece terem tido as melhores relações com estas Ordens mendicantes. Situação diferente das polémicas que encontrariam no Porto ou em Guimarães onde a sua integração se processou no meio de conjunturas adversas ²⁸.

Mº 21, Doc. 34); em 16.03.1290, Mestre Estêvão, deão da Sé, deixa à «fábrica» dessa igreja 50 libras (TT - *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 38, Docs. 1615 e 1616).

²⁴ M.-H. Vicaire, «Le développement de la province dominicaine de Provence (1215-1295)», *cit.*, pp. 1017-1041.

²⁵ D. António Caetano de Sousa, *Provas de Historia Genealógica da Casa Real Portuguesa*, T. I, Lisboa, pp. 54-57.

²⁶ Elementos recenseados por Félix Lopes, «Franciscanos», *Verbo Enciclopédia...*, col. 1550.

²⁷ O que não evitaria a eclosão de amargas disputas entre Franciscanos e o Papado. Mas foi também em S. Boaventura que a doutrina do poder absoluto pontifício encontrou um dos seus mais estrénuos defensores. Mais temperado, sobre este tema, foi S. Tomás de Aquino. Veja-se Brian Tierney, «From Thomas of York to William of Ockham. The Franciscans and the papal *sollicitudo omnium ecclesiarum*. 1250-1350», *Rights, Laws and Infallibility in Medieval Thought*, Norfolk, Variorum, 1997, XV, pp. 615-622.

²⁸ Maria Alegria Marques, «O Clero...», *Nova História de Portugal*, Vol. 3, *cit.*, pp. 232-233.

Na Diocese de Coimbra, de facto, as tensões produzidas parece terem-se verificado essencial e circunstancialmente entre Santa Cruz de Coimbra e os Franciscanos quando estes procuraram instalar-se em Leiria, priorado isento e da jurisdição crúzia, cerca de 1231-32²⁹ e, mais tarde, aquando da fundação do Convento de St^a Isabel e de St^a Clara por D. Maior Dias (1278...) ³⁰. O que não deixa de ser episódico, pois que desde a primeira hora que os Franciscanos se ligam intimamente ao claustro de Santa Cruz surgindo praticamente como clérigos seus satélites.

Recordaremos que é a Santa Cruz que se recolhem as relíquias dos Mártires de Marrocos e não à casa franciscana coimbrã. Por outro lado, foi também em Santa Cruz que se edificou o que parece ter sido senão a primeira capela coimbrã, pelo menos uma das mais importantes de toda a cidade dedicada a Santo António (1263) ³¹. Lembremos, ainda, que um dos fenómenos religiosos mais interessantes da Coimbra medieval, a Procissão dos Nús, organizada e gerida pelos Franciscanos, tinha por epicentro e alvo a canónica crúzia ³². Santa Cruz manteve também o melhor relacionamento com os Dominicanos, ora recorrendo aos seus frades como tradutores de textos latinos (caso de Fr. Álvaro da Mota, Mestre em Teologia (1434), Leitor de

²⁹ Vide o meu estudo: «O Convento de S. Francisco de Leiria na Idade Média», *cit.*, Braga, pp. 399 e segs..

³⁰ Este conflito, a que nos referimos noutro ponto deste estudo, acaba por se resolver em boa concórdia, sobretudo após a intervenção da Rainha D. Isabel de Aragão. Em 3 de Junho de 1319, D. Domingos, prior de Santa Cruz, declara reconhecer ter recebido de Fr. Afonso Viegas, guardião dos Frades Menores de Coimbra, e de Vicente Rodrigues, cônego diocesano, as: «cartas de nossa Senhor a Reynha e de Dom Jhoanne arcebispo de Bragãa co outros stromentos e scripturas que xe nos obrigarom a dar segundo he contheudo nos stromentos da composiçom e aueenca que se fez per eles por a dicta senhor Reynha e por o sseu Moesteyro de sancta Elisabeht e de sancta Clara e per nos por [o] dicto Moesteyro Sobre o corpo beens e possiçõs que foram de Donna Mayor diaz pera seer firme e stauil pera todo sempre a dicta Composiçom e Aueenca (...)». (TT - *St^a Cruz de Coimbra*, 2^a incorp., Cx. 249, M^o 1, Doc. 1).

³¹ V. apêndice documental. Cf. Fr. Manuel da Esperança, *Hist. Serafica...*, 1^ª Parte, pp. 616-617.

³² Cf. Fr. Manuel da Esperança, *Historia Serafica...*, 1^a parte, pp. 295-304; Luís Krus, «Celeiro e relíquias: o culto quatrocentista dos mártires de Marrocos e a devoção dos Nús», *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*, Redondo, Patrimónia, 1994, pp. 149-169.

Sentenças em Valladolid, Reitor da Universidade portuguesa e tradutor da *Vida de D. Telo*)³³, ora coligindo na sua biblioteca os textos constitucionais da Ordem de S. Domingos³⁴, ora admitindo a mudança de hábito entre clérigos dos dois claustros.

Temos conhecimento da mudança de Ordem religiosa entre clérigos de Coimbra. O mais famoso, como se sabe, foi o caso de D. Fernando de Bulhões que ingressou na Ordem dos Frades Menores. Foi igualmente significativo o número de cónegos da Sé de Coimbra que ingressaram no hábito dominicano³⁵, como que acompanhando o modelo biográfico do próprio S. Domingos, também ele cónego capítular de Osma antes de se tornar no Fundador dos Pregadores³⁶. Mas há notícia, igualmente, de situações opostas, em que frades mendicantes mudam o seu claustro por o de uma outra Ordem. Assim aconteceu, antes de 1337, com um: «ffrey Domingos péédeçal que foy do papa bonifacio da ordem dos preegadores que se passou a ordem dos regrados»³⁷, o que se entenderá como tendo ingressado na claustra cruzia coimbrã. Em 1423, Fr. João, da Ordem dos Pregadores, licenciado em Teologia, foi apresentado pelo Papa para prior do Mosteiro de S. Jorge de Coimbra, iniciando as suas funções mal falecesse D. Fr. Álvaro Gonçalves, prior então em exercício³⁸.

Na Coimbra desta época, estiveram algum tempo os Franciscanos Berardo, Pedro, Acúrsio, Otão e Adjuto, os célebres Mártires de Marrocos, terra onde receberam o martírio a 16 de Janeiro de 1220³⁹.

³³ Fr. António do Rosário, *Letrados Dominicanos em Portugal nos séculos XIII-XV*, Sep. de *Repertorio de Historia de las Ciencias Ecclesiasticas en España*, Vol. 7 (1979), Salamanca, nº 13, pp. 541-542.

³⁴ Armando Alberto Martins, *O Mosteiro de Santa Cruz...*, Vol. I, pp. 312-397.

³⁵ Maria Helena da Cruz Coelho e João José Cunha Matos, *O Convento Velho de S. Domingos...*, pp. 4-5. Caso sobejamente conhecido foi o de Fernando Peres, cónego de Lisboa e fundador de S. Paulo de Almaziva (1221). Vd. Maria José Azevedo Santos, *As Origens do Mosteiro de S. Paulo de Almaziva*, Coimbra, Biblioteca Municipal, 1982.

³⁶ Alain Boureau, «Vitae Fratrum, Vitae Patrum. L'Ordre Dominicaine et le Modèle des Pères du Désert au XIII^e Siècle», *Mémoires de l'École Française de Rome*, 99 (1987), T. 1, pp. 79-100, maxime 94.

³⁷ BGUC - *Códice* 636, fls. 226-226vº.

³⁸ TT - *Colecção Especial*, Cx. 6, Mº 3, Doc. 34. (De 18 de Fevereiro, Roma).

³⁹ Sobre estas cronologias remetemos para a síntese segura de Félix Lopes, «Franciscanos», *Verbo Enciclopédia* ..., Vol. 8, cols. 1546-1555.

A sua passagem pela cidade e, sobretudo, o regresso a esta das suas ossadas como relíquias sagradas, confiadas à protecção e guarda do cónego regrante D. João Roberto, terão influenciado uma renovada opção apostólica de D. Fernando Martins de Bulhões. Outros Franciscanos devem ter permanecido em Coimbra, suficientemente pobres e insignificantes para conseguirem impor o humilde eremitério de St^o Antão como pólo receptor das relíquias dos Frades Menores martirizados no Norte de África.

Em Coimbra, como em Assis, os homens importantes, a oligarquia municipal, famílias da nobreza, a realeza e o próprio clero instalado na cidade dispensam aos Frades Menores um acolhimento positivo. Eles eram suficientemente poucos e desprovidos de uma carga eclesiástica institucional para fazerem concorrência aos interesses pastorais enraizados na cidade. Só mais tarde, surgiriam os problemas de integração e de hierarquização no tecido eclesial coimbrão e português. Efectivamente, os problemas começaram a aparecer quando se acentuou, já numa segunda geração franciscana, a opção conventualista, adquirindo os Menoritas terrenos próprios no espaço urbano onde construíram complexos monásticos de dimensão muito razoável, ombreando e concorrendo com os velhos cenóbios instalados em Coimbra e nos arredores.

Dominicanos e Franciscanos são frequentemente equiparados na testamentaria de ilustres cónegos, bispos e homens-bons de Coimbra na qual surgem legados, sobretudo monetários, em favor destes Mendicantes. Legados associados, no texto, por vezes, às doações deixadas para leprosos ou para obras de caridade pública.

Os exemplos são numerosos, importando referenciar casos como o do cónego João, senhor de uma considerável fortuna, deixando legados, no seu testamento de 1226, cinco morabitinos aos frades Menores de Coimbra e outros cinco às igrejas que estavam «circa pontem»⁴⁰. Conhecemos também o exemplo de Paio Gonçalves, cónego da Sé, que deixa aos frades Menores de Coimbra um morabitino, quantia igualmente oferecida a todas as outras igrejas da cidade (1235)⁴¹. No testamento de Afonso Mendes, entre as obras pias, deixa-se a esmola de cinco morabitinos para os frades Pregadores e

⁴⁰ TT - *Sé de Coimbra*, 2^a incorp., M^o 37, Doc. 1560.

⁴¹ TT - *S. Jorge de Coimbra*, 1^a incorp., M^o 5, Doc. 39.

outro tanto para os Menores (1240) ⁴². João Domingues, tesoureiro da Sé, consagra no seu testamento «pro pitancia Discalciatis» (entendendo-se aqui, por interpretação, como significando Franciscanos) quatro morabitanos, deixando aos «predicatoribus qui morantur in Colimbria», também a título de pitaça, cinco morabitanos (1244) ⁴³. Aos Frades Pregadores deixava Martinho Pais, cónego conimbricense, 50 libras, enquanto aos Menores legava apenas 30. Ao seu «abade», Fr. Domingos Pais, ficavam 20 libras (1264) ⁴⁴. As doações piedosas aos Mendicantes conimbricenses *causa mortis* vão-se multiplicando e diversificando. Em 1280, Domingos Fernandes, porcionário do Cabido, deixa três libras a cada um dos Conventos Mendicantes da cidade ⁴⁵.

Mais avultada foi a doação feita pelo cónego João Domingues, em 1284, personalidade bastante ligada aos Pregadores de Coimbra em cujo Convento quis ser sepultado, ao lado do túmulo do pai, determinando a existência de uma «lâmpada» permanentemente acesa junto da sepultura e, ainda, a entrega de 150 libras aos Dominicanos e 100 libras a cada um dos restantes Conventos de S. Domingos existentes em Portugal. Aos Franciscanos deixava apenas 50 libras ⁴⁶. Pela mesma época, um Mestre Estêvão, deão da Sé, atribuía maior soma aos Dominicanos (100 libras metade para ser gasto em roupa e outra metade em pitaças) do que aos Franciscanos (50 libras) (1290) ⁴⁷. Foi também apenas aos Dominicanos que Pedro Pais, cónego da Sé de Coimbra doou 12 libras aos Pregadores desta cidade (1295) ⁴⁸. Foram também para os Dominicanos as preferências do cónego Mestre Giraldo, bacharel em Teologia e senhor de uma considerável fortuna, nomeadamente em ouro e prata, em cujo testamento elaborado em 1350, se lê legar: «ao moesteiro de ssam Domjngos dez libras pera

⁴² TT - *S. Jorge de Coimbra*, 1ª incorp., Mº 6, Doc. 5. («Item Ad pontes. et leprosos captiuos. et pauperibus .x. morabitanos. Ad predicatoros de colimbria .v. morabitanos. Ad fratres minores .v. morabitanos. (...) »).

⁴³ TT - *Sé de Coimbra*, 1ª incorp., Mº 13, Doc. 39 (original datado). Deste testamento há duas outras minutas no mesmo fundo e maço, posto que sem data, correspondendo aos documentos nºs 8 e 38.

⁴⁴ TT - *Sé de Coimbra*, 1ª incorp., Mº 17, Doc. 18.

⁴⁵ TT - *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 32, Doc. 1315.

⁴⁶ TT - *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 23, Doc. 996.

⁴⁷ TT - *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 20, Doc. 848.

⁴⁸ TT - *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 36, Doc. 1548.

huã pitaça e me venham fazer honrra». A Fr. Pero Vasques, O.P., aparentemente seu confessor, deixou cinco libras. Aos restantes Conventos de Coimbra oferecia 40 soldos a cada um ⁴⁹.

A norma, no entanto, era a paridade nas esmolas deixadas em testamentos de conimbricenses a Mendicantes. Assim fez Pedro Martins, igualmente cónego da Sé, que legou apenas cinco libras a cada Convento (1296) ⁵⁰. Outros clérigos e leigos tiveram idêntico comportamento ⁵¹. Foram mais raras as doações de propriedades aos Fra-

⁴⁹ TT - *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 77, Doc. 3208, fls. 1-2.

⁵⁰ TT - *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 25, Doc. 1017.

⁵¹ Citaremos, ainda, os casos seguintes: Domingos Martins, raçoeiro da Sé, deixa duas libras a cada Convento e mais duas aos Menores para orações (1297). (TT - *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 33, Doc. 1387). D. Pedro, bispo de Coimbra, lega aos Mendicantes de Lisboa (Menores, Pregadores e Eremitas Agostinhos) cinco libras a cada Convento (1301). (TT - *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 6, Doc. 309 e Mº 28, Doc. 1154). João Peres, Mestre-escola de Coimbra, oferece duas libras a cada Convento e, ainda, a pobres «mendicantes» dez libras «pro recompensacione rerum alienarum si quas habui» (1301). (TT - *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 36, Docs. 1542 e 1543). Américo de Crestelo, cónego, deixa cinco libras a cada Convento mendicante (1307). (TT - *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 39, Doc. 1652). Francisco Peres, cónego, lega 10 libras aos Menores e cinco aos Pregadores, acrescentando mais cem libras em favor dos Dominicanos para cantarem missas por sua alma (1308). Mas em 1315, este mesmo Cónego alteraria o testamento, deixando 10 libras aos Menores, cinco aos Dominicanos e 50 libras a cada Convento para missas cantadas. (TT - *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 29, Doc. 1208 e Mº 25, Doc. 1038). Mestre Gonçalo, cónego da Sé e Prior de S. Martinho de Montemor-o-Velho, doa cinco libras a cada casa mendicante (1309). (TT - *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 26, Doc. 1099). Estevainha Domingues, viúva de João Peres Tirteiro, de Soure, deixa 60 soldos aos Menores e 30 aos Pregadores (1315). (TT - *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 20, Doc. 843). Domingos Miguéis, vizinho de Pedrógão Grande, lega três libras a cada Ordem (1317). (TT - *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 31, Doc. 1304). Pedro Bonser, cónego da Sé e prior de S. João da Almedina lega 10 soldos a cada Ordem (1319). (TT - *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 29, Doc. 1196). Pedro Martins, Chantre da Sé dá 50 libras a cada Convento para celebração de missas (1322). (TT - *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 2, Doc. 53). É conhecida a predilecção de D. Vataça pelos Menores. No seu testamento lega para pitaças 100 libras ao Convento Menor de Coimbra, 10 ao de Leiria, 15 ao de Lisboa e 20 ao de Santarém. A Stª Clara dá 50 libras, para além de nele instituir sepulcro e capela fúnebre (1323). (TT - *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 25, Doc. 1040). João Peres, raçoeiro da Sé, lega cinco libras a cada Convento mais 50 libras a cada para cantarem missas (1323). (TT - *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 25, Doc. 1040). Martinho Fernandes, cónego da Sé, deixa cinco libras a cada Convento (1325). (TT - *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 6, Doc. 295). D. Mor Pais, lega 20 soldos a Pregadores e a Menores (1332). (TT - *Sé de*

des mendicantes, posto que as houvesse ⁵², ou mesmo a oferta de alfaías preciosas em prata. Em 1328, D. Constança Martins de Meira, lega um cálice de prata ao Mosteiro de S. Francisco de Coimbra, com mais cinco libras, quantia que entregou também aos Dominicanos ⁵³.

Afirmava-se entre os Menores coimbricenses, desde finais de Duzentos, a tendência patrimonialista em desfavor da pureza observante da regra que apelava à pobreza exemplar e à itinerância na procura das esmolas e do sustento. Se se conhecem exemplos de Franciscanos que andavam: «pelas eyras pedindo as esmolas do pam» (1367) ou o aperto económico da Claustura menorita coimbrã, em 1332, que obrigava o guardião conventual a vender um casal em Germanelo para poder adquirir cálices, vestimentas e, mesmo, ressarcir algumas dívidas da casa, no valor de 200 libras ⁵⁴, também é manifesto que, noutras ocasiões, os Frades chegaram a emprestar pequenas somas de dinheiro contra penhoras ⁵⁵, ou mesmo a entrar em lití-

Coimbra. 2ª incorp., Mº 21, Doc. 893). João de Lourosa, cónego de Coimbra e prior de Penacova dá cinco libras a cada Ordem (1332). (TT - *Sé de Coimbra*, 2ª Incorp., Mº 32, Doc. 1348). O rico cidadão coimbricense Fernando Esteves entrega 30 soldos aos Conventos Mendicantes da cidade para que lhe fizessem honra na sua sepultura (1332). (TT - *Sé de Coimbra*, 2ª Incorp., Mº 29, Doc. 1205). D. Bartolomeu Peirier, cónego da Sé e prior de Cernache lega 40 soldos a Pregadores e a Menores para honra e missas quando se finasse (1348). (TT - *Sé de Coimbra*, 2ª Incorp., Mº 25, Doc. 1042). Iguais quantias foram deixadas por Estêvão Domingues, «mestre dos órgãos» da Sé e prior de Serpins, para que o acompanhassem no dia da morte com orações e celebração de missas (1364). (TT - *Sé de Coimbra*, 2ª Incorp., Mº 10, Doc. 454). Guiomar Martins, viúva de Gil Rodrigues, vizinhos de Coimbra mas relacionados com Góis, lega para uma missa de aniversário três carneiros, três almudes de vinho e uma teiga de pão amassado. Se os cónegos da Sé não a celebrassem por este legado, então ficaria tudo aos Franciscanos da cidade. A estes e aos Dominicanos deixou, a cada qual, 40 soldos para missas (1384). (TT - *Sé de Coimbra*, 2ª Incorp., Mº 7, Doc. 363).

⁵² Assim se explicam as transacções de propriedades rurais e suburbanas efectuadas entre o bispo eleito D. Tibúrcio e os Conventos de S. Francisco e de S. Domingos de Coimbra em 1240. Ver apêndice documental. (TT - *Sé de Coimbra*, 1ª incorp., Mº 13, Docs. 4 e 9).

⁵³ TT - *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 35, Doc. 1483.

⁵⁴ Elementos citados por Maria Helena Coelho e João José Cunha Matos, *op. cit.*, p. 7, nota 51 e também no estudo da primeira Autora, *O Baixo Mondego...*, vol. I, p. 508, nota 3.

⁵⁵ Lê-se no testamento do cónego Francisco Peres, já mencionado, de 1315: «(...) Item Mando a meu criado ffrej Vicente os meus liuros das sentenças e os liuros

gio com instituições paroquiais como sucedeu, em 1357, com a Colegiada de S. Bartolomeu (em cuja paróquia ficava o Convento) por causa dos dízimos das hortas franciscanas junto à cidade ⁵⁶.

Em 1368, o prior de Santiago, João Martins, diante das justiças concelhias coimbrãs, concordava com os Dominicanos no pagamento de uma «extimaçom» sobre certas terras como: «poderá conteçer ao senhorio da egreja sse ffossem lauradas» ⁵⁷. As doações de propriedades aos Dominicanos foram abundantes ao longo de Trezentos e Quatrocentos, especialmente nos subúrbios de Coimbra (Pedreira, Almalaguês, Eiras), bem como na zona de Soure, Miranda do Corvo e Viseu, chegando, em menor índice, a Santa Comba Dão, a Penacova e a Figueiró dos Vinhos, levando ao aparecimento de questões judiciais, de demandas, de encampações, de composições e obrigações de que há vestígios documentais significativos. Do mesmo modo, aliás, são numerosos os diplomas relativos a testamentos, doações e posses em favor do Convento destes Pregadores, bem como numerosas são, também, as cartas de emprazamentos das respectivas propriedades rústicas e urbanas ⁵⁸.

Os próprios religiosos Dominicanos aparecem-nos, casualmente, como detentores ou zeladores de bens pecuniários de valor. Assim se compreenderá o caso de Fr. Domingos, Pregador e «petinçal» pontifício, que, por 1337, havia entregue à guarda de um raçoero de S. Cristóvão «tres anees d ouro», que se perderam, sendo avaliados em 20 libras ⁵⁹.

que tenho a penhor dos ffrades meores por Trijnta libras e quando lhos sacarem dem lhes dinheiros.» (TT - *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 25, Doc. 1038). Há também notícia de doações a Frades individualmente considerados. Por exemplo, D. Vataça deixou, em 24.01.1336: «a Fr. Antonio do Porto da ordjm de sam ffrancisco Cem .libras. e as tauoas do madeyro que som duas. cada huã por si». (TT - *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 5, Doc. 269). Em 9.06.1309, Mestre Gonçalo, cônego da Sé de Coimbra e prior de S. Martinho de Montemor-o-Velho, lega: «a ffrey ssaluado da ordem dos meores .tres. libras». (TT - *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 26, Doc. 1099).

⁵⁶ Fr. Manuel da Esperança, *Hist. Serafica...*, Iª Parte, p. 267.

⁵⁷ BGUC - *Códice 636*, fl. 268vº.

⁵⁸ Marcelino Pereira enuncia sumários de 123 documentos, na maioria medievos, extratados em livros modernos do antigo cartório dominicano coimbrão. Vide deste Autor, *O Mosteiro de S. Domingos...*, cit., pp. 216-267.

⁵⁹ BGUC - *Códice 636*, fl. 226-226vº. (Difícilmente se poderá interpretar como sendo bens pessoais deste Pregador, atendendo à pobreza rigorosa a que se obrigavam os Frades desta Ordem. Apesar dessa situação ser a norma, em 12 de

Por seu turno, as esmolas legadas pelos fiéis, anotadas muito especialmente entre o grupo clerical diocesano, como vimos, tinham como contrapartida a participação dos frades na liturgia de finados, impondo-lhes o acompanhamento à sepultura do dotador, a celebração de missas *pro anima*, podendo mesmo referenciar-se uma liturgia da luz que eles deveriam garantir durante e após as cerimónias fúnebres, quer portando velas acesas durante o velório e encomendação da alma do finado, quer garantindo, nalguns casos, a permanência de luminárias junto do sepulcro do fiel ⁶⁰. Despesas que se justificavam dentro dos quadros da espiritualidade mendicante, da *devotio moderna* tão ao gosto das classes sociais urbanas familiarizadas com o comércio e com a circulação monetária, para as quais a contabilidade do Além necessitava de contributos financeiros muito razoáveis ⁶¹.

3. Devoção e espiritualidade franciscanas

Falecido em 1226, S. Francisco seria canonizado por Gregório IX, em Assis, no dia 16 de Julho de 1228 ⁶². A sua veneração nos conven-

Fevereiro de 1265, em Perusa, o Papa Clemente IV, pela bula *Obtentu divini*, autorizava os Dominicanos, depois de professores, a poderem herdar, vender e usufruir de bens e fazendas de avoenga, como se tivessem permanecido seculares. (TT - *Colecção Especial*, Cx. 3, N° 66).

⁶⁰ Citamos dois parágrafos do testamento de João Domingues, cônego da Sé, elaborado em 27.11.1284: «(...) Item mando comprar dous oliuaes pera alumear huã Lanpada en san Miguel [da Sé] e pera outra da Capella dos frades preegadores hu iaz meu padre e mha madre. e meu irmão que arçam de dija e de nocte. (...) Item mando [que] se pela uentuyra a frades preegadores da ordjm de sam Domingos quiserem demandar ou demandarem todo o que he conteudo ou dele na manda que elles dizem que mha madre donna Maria fez en Lixbõa ou em outra manda se aparecer que nenhuã cousa non aiam do que lhis eu mando en este meu testamento». (TT - *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., M° 23, Doc. 996).

⁶¹ Este tema tem sido bastante elucidado pelos estudos de Jacques Chiffolleau, «Pour une économie de l'institution ecclésiastique à la fin du Moyen Âge», *Mémoires de l'École Française de Rome*, 96 (1984), T. 1, pp. 247-279; Idem, ««Usus pauper»? notes sur les franciscains, la Règle et l'argent à Avignon entre 1360 et 1480», *Horizons Marins. Itinéraires Spirituelles (Ve-XVIII siècles)*. Vol. I. *Mentalités et Sociétés*, Paris, Sorbonne, 1987, pp. 135-149. Para Portugal, veja-se o estudo de Hermínia Vilar, *A Vivência da Morte no Portugal Medieval. A Estremadura Portuguesa (1300 a 1500)*, Redondo, Patrimonia, 1995, pp. 136-155.

⁶² Félix Lopes, «Francisco de Assis (São)», *Verbo Enciclopédia*..., Vol. 8, cols. 1562-1564. Os textos produzidos por S. Francisco e as hagiografias e florilé-

tos portugueses levaria a que a maior parte deles recebesse, como orago, a intitulação de S. Francisco.

Pouco podemos adiantar sobre a recepção, no País, da bula de canonização de Stº António, *Cum dicat Dominus*, expedida pelo Papa Gregório IX, na catedral de Espoleto, em 30 de Maio de 1232⁶³. A recepção de notícia desta canonização deve ter sido, no entanto, bastante notada em Portugal, divulgando-se este novo culto quer dentro dos mosteiros Franciscanos, quer nas igrejas diocesanas ou nas de outros cenóbios, caso já referido dos Cónegos Regrantes de Santa Cruz. Nalgumas igrejas criaram-se confrarias dedicadas à intitulação antoniana e franciscana⁶⁴.

gios que a Ordem lhe dedicou, bem como importantes contributos sobre a história dos primórdios dos Menores, encontram-se comodamente reunidos na edição portuguesa, coordenada por Fr. Manuel Marques Novo, das *Fontes Franciscanas. I. S. Francisco de Assis. Escritos, Biografias, Documentos*, Braga, 2ª ed., 1994.

⁶³ Sob este aspecto, veja-se Henrique Pinto Rema, «Introdução», in *Santo António de Lisboa, Obras Completas. Sermões Dominicais e Festivos*, Vol. I, Porto, Lello & Irmão, 1987, pp. XXXII-XXXIII; F. Gama Caeiro, *Santo António de Lisboa*, Verbo, Lisboa, Col. «Pensamento Português», 990, pp. 9-58; Maria Cândida Monteiro Pacheco, *Santo António de Lisboa. Da Ciência da Escritura ao Livro da Natureza*, Lisboa, IN-CM, 1997, pp. 11-37.

⁶⁴ A Confraria de S. Francisco existia em Coimbra já antes de 1328, ano em que se documenta. (TT - *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 35, Doc. 1483). Coimbra era uma cidade com um abundante número de confrarias. No século XII existiam nela, entre outras, as confrarias do Santo Sepulcro e dos Pedreiros. Conhecemos os compromissos das confrarias coimbrãs de S. Nicolau (1144), S. Marcos de Coimbra (1290), Bacharéis da Sé (1324, mas anterior), Stª Maria da igreja colegial de S. Bartolomeu (1343-48), da Vera Cruz (1434), Nossa Senhora da Graça (1457). Em 1301, por exemplo, colhe-se do testamento do bispo D. Pedro, a notícia das Confrarias dos Clérigos, dos Mouzinhos, dos Inocentes, dos Pedreiros e dos Alfaiates. (TT - *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 6, Doc. 309). Em 1302, estava activa a Confraria dos Sapateiros, enfiteuta de uma casa na Alcaçaria. (TT - *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 25, Doc. 1060). Estas três confrarias, no entanto, mais se assemelhavam a «guildas» de tipo profissional, certamente debaixo da protecção de um santo, do que confrarias de devoção espiritual. Diferença importante, como assinala André Vauchez (*Les laïcs au Moyen Âge. Pratiques et expériences religieuses*, Paris, CERF, 1987, pp. 98-99). No testamento de D. Constança Martins de Meira (1328) referem-se as Confrarias do Espírito Santo e de S. Lourenço, para além da já mencionada de S. Francisco. (TT - *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 35, Doc. 1483). Havia ainda bastantes outras. O seu número, aliás, aumentou na Baixa Idade Média. Vide Maria Helena da Cruz Coelho, «A acção dos particulares para com a pobreza nos séculos XI e XII», *Homens, Espaços e Poderes. Séculos XI-XVI*.

Alguns eremitérios e capelas tradicionalmente consagradas a Stº Antão Abade, vão sendo paulatina e popularmente apropriados pela nova devoção minorítica. Em 1263, a Infanta D. Constança Sanches, padroeira «*benefice*» de Santa Cruz de Coimbra, acorda com o Prior-mor a celebração de uma missa quotidiana «*in altari beatj Antonij*», que ela própria mandara construir («*ipsa construjfecit*») ⁶⁵. No testamento desta Infanta, de 14 de Julho de 1269, reafirma-se a sua especial devoção ao Santo português. Além disso, a confiança de D. Constança Sanches para com os Mendicantes foi ao ponto de lhes confiar a vigilância do cumprimento das suas vontades testamentárias ⁶⁶.

Há notícia de uma confraria coimbrã de «Santo Antonyo», já antes de 1324, conhecendo-se entre os seus «irmãos» um *Gater* Gonçalves, falcãoiro do Rei ⁶⁷. Esta Confraria estava sediada em 1390 na «Eigreja cathedral da dita cidade de Coimbra» ⁶⁸. Em 1453, o prior e raçoeiros da Colegiada de S. Salvador intitulavam-se administradores da Confraria de «santo antoninho» ⁶⁹.

I. *Notas do Viver Social*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 78-101; Eadem, «As confrarias medievais portuguesas: espaços de solidariedade na vida e na morte», *Cofradías, gremios y Solidariedades en la Europa Medieval. IX Semana de Estudios Medievales. Estella, 20 a 24 de julio de 1992*, Pamplona, Gobierno de Navarra, 1993, pp. 149-183. Seja-me permitido remeter para o meu estudo «Notas e documentos sobre as confrarias portuguesas entre o fim da Idade Média e o século XVII: o protagonismo dominicano de Stª Maria da Vitória», *Lusitania Sacra*, 2ª série, T. 7, *Confrarias, Religiosidade e Sociabilidade*, Lisboa, C.E.H.R. - U.C.P., 1995, pp. 89-150.

⁶⁵ TT - *Gavetas*, 16, Mº 2, Doc. 8. (A dotação desta capela foi assegurada pelas pingues doações feitas pela Infanta em 20.02.1267, para cuja autenticação foram apostos os selos pendentes do Guardião de S. Francisco de Coimbra e do Prior de S. Domingos da mesma cidade. (TT - *Stª Cruz de Coimbra*, 1ª incorp., Mº 20, Docs. 30 e 31).

⁶⁶ TT - *Stª Cruz de Coimbra*, 1ª incorp., Mº 20, Doc. 35. (Entre as testemunhas deste testamento esteve presente Fr. Estêvão Rodrigues, O.F.M.; testamento em pública-forma de 25.10.1313). Cf. Fr. Manuel da Esperança, *Historia Serafica...*, 1ª Parte, pp. 616-618.

⁶⁷ BGUC - *Códice 636*, fl. 250. (Entender-se-á o nome deste confrade como «Gualter» (?)).

⁶⁸ BGUC - *Códice 636*, fl. 252vº. (Doc. de 26 de Março).

⁶⁹ BGUC - *Códice 636*, fl. 252. (Documento de 20 de Dezembro). Há que estudar com mais precisão, no entanto, esta associação e evolução entre Santo Antão, Santo Antoninho e Santo António. Sobre esta Confraria existe alguma docu-

[illegible]

1263 - O Prior e o Convento de Santa Cruz de Coimbra obrigam-se a celebrar, na Capela de Sto. António, instituída pela Infanta D. Constança Sanches, sufrágios por sua alma. T.T., Gaveta 16, Maço 2, Doc. 8.

Sobre Santo António podemos afirmar ter parentes entre os cônegos da Sé coimbrigense. De facto, tem escapado aos historiadores e biógrafos do Santo o apontamento do cônego da Sé de Coimbra, Vasco Domingues, em cujo testamento datado de 29 de Dezembro de 1298 e publicado em 9 de Janeiro do ano imediato, se revela mandar: «(...) a mha alma a deus que mha receba a seu seruiço e mha leue a sa gloria de parayso e rogo Sant'antonio meu cuirmão que por sa bondade rogue a béenta uirgem sancta Maria madre de Ihesu Christo e todollos outros sanctos e sanctas do parayso que mha presentem ante a façe de deus e que ele mha receba a seu seruiço amen (...)»⁷⁰. Por este testamento, conhecemos ser Vasco Domingues primo direito (coirmão) de Santo António, com família em Coimbra e na zona de Leiria, onde possuía pingues propriedades. No Convento de S. Francisco de Leiria, aliás, estava sepultada a sua mãe.

Por seu turno, este Cônego revela uma predilecção, muito natural, aliás, se tivermos em vista o seu parentesco sanguíneo com Fernando Martins de Bulhões, pelo culto de Santo António. A uma das igrejas de Belmonte (provavelmente a de St^a Maria) deixou três libras para compra de azeite para: «alumear a lanpada ant o altar de sant antoniõ», bem como um manto branco sagrado para o altar de St^a Maria. Vasco Domingues deixou também à igreja de S. Martinho de Murte de seis alqueires de azeite igualmente: «pera alumear a lanpada dant o altar de sant antoniõ»⁷¹.

Uma outra devoção de grande popularidade na diocese coimbrã foi a de St^a Clara. Sobretudo ao nível das classes sociais mais abastadas. Santa Clara de Assis, falecida em 1253, receberia a canonização do Papa Alexandre VI em 1255⁷². Os modelos espirituais cla-

mentação, que aguarda o seu historiador, arquivada na Torre do Tombo - *Colegiada de S. Salvador*, 2^a incorp., Maços 2, 3, 8, 9, entre outros. Mencione-se, a título de curiosidade, a presença em Coimbra, em 13.05.1426, de um Lourenço Eanes de Pádua, que serve de testemunha a um contrato notarial lavrado no claustro de Santa Cruz de Coimbra. (TT - *Santa Cruz de Coimbra*, 2^a incorp., M^o 53, Doc. do «Alm. 21, M^o 1, N^o 4»).

⁷⁰ TT - *Sé de Coimbra*, 2^a incorp., M^o 8, Doc. 375.

⁷¹ Publicamos este testamento em apêndice. Sublinhamos aqui, a referência que o Cônego faz a uma das suas avós, D. Teresa, ao que parece sepultada em S. Cosme de Gondomar, estando relacionada também com o Mosteiro de Mancelos.

⁷² Sobre a biografia e a espiritualidade da fundadora das clarissas veja-se a obra coordenada por Fr. José António Correia Pereira, *Fontes Franciscanas*. II. *San-*

retinos seduziram figuras ilustres da Coimbra medieval. Desde logo o próprio prelado, D. Egas Fafes, nomeado arcebispo de Santiago de Compostela em 1268, ano do seu testamento onde revela ter erguido na Catedral coimbrã uma capela dedicada à honra de Santa Clara ⁷³. Outro caso conhecido de evidente devoção claretina o foi o de D. Mor Dias, cónega regente crúzia que, numa fase posterior, se entrega à fundação de uma casa menorita na margem esquerda do Mondego debaixo da intitulação de Santa Clara e de Santa Isabel [da Hungria] (1278...) ⁷⁴. O projecto sensibilizou a rainha D. Isabel de Aragão e a maioria das suas aias, que ali se acolheram numa segunda fase, praticando a clausura comum às professas, mas sem os votos desta Ordem, uma vez que a Rainha se terá ficado pela irmandade terceira ⁷⁵. Um outro caso interessante é o de D. Vataça ⁷⁶, recebida como irmã da Ordem dos Menores em 1290, passando a usufruir dos benefícios espirituais, em testemunho de uma afiliação religiosa confraternal, que os Franciscanos disponibilizavam para os seus amigos, benfeiri-

ta Clara de Assis. Escritos. Biografias. Documentos, Braga, Editorial Franciscana, 2ª edição, 1996, *passim*.

⁷³ *Liber Anniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis* (Livro das Kalendas), (ed. de Pierre David e Torquato de Sousa Soares), Coimbra, Faculdade de Letras, I vol., 1947, pp. 198-203. («Episcopus Colimbriensis cuius corpus miraculose ductum est et honorifice a familia sua in civitate Colimbriensi et sepultum est in sepulcro suo fabricato iuxta altare beate Clare uirginis ab eodem episcopo ad honorem ipsius uirginis dedicatum XVº Kalendas maii de eadem era (...)»). Cf. Fr. Manuel da Esperança, *Historia Serafica...*, Iª Parte, pp. 614-616.

⁷⁴ Vide Maria Teresa Monteiro e J. J. Rigaud de Sousa, «O pleito entre D. Mor Dias e o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra», *Estudos Medievais*, I (1981), Porto, pp. 81-94.

⁷⁵ A mulher desempenha um papel verdadeiramente dinamizador no processo histórico da *devotio moderna*. Directa ou indirectamente, Franciscanos, Dominicanos ou Eremitas Agostinhos não deixaram de integrar nas suas fileiras muitos grupúsculos e pequenas comunidades de mulheres devotas e piedosas. Vd. Hubert Jedin, *Manuel de Historia de la Iglesia*. IV. *La Iglesia de la Edad Media después de la Reforma Gregoriana*, Barcelona, Herder, 1973, pp. 300-311; A. Vauchez, *Les Laics au Moyen Âge. Pratiques et Expériences Religieuses*, Paris, CERF, 1987, pp. 189-238.

⁷⁶ Sobre esta Dama veja-se: Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura, «Os bens de Vataça: visibilidade de uma existência», *Revista de História das Ideias*, Vol. 9 (1987), Coimbra, pp. 33-77; Iisdem, «Vataça: uma Dona na vida e na morte», *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Porto, INIC, Vol. I, 1987, pp. 159-183.

tores ou tão simplesmente protectores, como aconteceu no Capítulo Provincial celebrado na Guarda, no ano de 1290⁷⁷. Estas nomeações de familiares espirituais da Ordem significavam, além da questão estritamente espiritual e do âmbito da fé pessoal que tenderia à salvação da alma, uma boa reserva de benefícios para-ecclesiais. De facto, os familiares ficavam abrangidos pelo foro espiritual concedido pelos Papas às respectivas Ordens religiosas, podendo mesmo não serem abrangidos por excomunhões ou interditos desde que estes não incidissem especificamente sobre a Ordem da qual beneficiavam da irmandade espiritual⁷⁸.

Santa Clara de Assis teve, desde cedo, capela na igreja catedral. O cavaleiro Martinho Eanes de Fremoselhe, senhor de metade da «aldeola» de Paredes de Vouga (Aveiro), em 1295, elegeu a Capela de St^a Clara, dentro da Sé, como aquela onde desejava que as missas por sua alma fossem celebradas quotidianamente⁷⁹. Há diversas notí-

⁷⁷ TT - *Sé de Coimbra*, 1^a incorp., M^o 19, Docs. 36 e 37. Fr. Manuel da Esperança, *Historia Serafica...*, II^a Parte, pp. 19-52. Esta familiatura espiritual entre Franciscanos e leigos foi comum na Cristandade desde finais de Duzentos, envolvendo quer individualidades, quer instituições apostólicas. Veja-se Lippens Hugol, «De Litteris Confraternitatis apud Fratres Minores ab Ordinis Initio ad Annum Usque 1517», *Archivum Franciscanum Historicum*, T. 32 (1939), pp. 49-88; Michael Bihl, «Duae confraternitatis epistolae a Fr. Bonagratia Ministro generali datae an. 1282, altera Vindobonae, altera Coloniae», *Ibidem*, T. 23 (1930), pp. 242-244; Idem, «Duae confraternitatis epistolae canonicis Werdensibus (Kaiserswerth) a Ministris generalibus Fr. Bonaventura an. 1269 et Fr. Bonagratia an. 1282 datae» e «Duae epistolae Ministrorum Provinciae Coloniensis pro canonicis Werdensibus, quarum altera eis pia suffragia concessit, altera eos commendavit, an. 1273 et 1284», *Ibidem*, T. 26 (1933), pp. 231-236; Ferdinand-Marie Delorme, «Neuf lettres de confraternité accordées à des bienfaiteurs ou amis de l'Ordre séraphique en France (1274-1571)», *Ibidem*, T. 36 (1943), pp. 108-116.

⁷⁸ Caso significativo foi o da bula *Ex parte vestra*, de 9.02.1268, pela qual Clemente IV impedia os Prelados de imporem penalidades sobre os familiares, benfeitores e amigos dependentes do Mosteiro de Santa Cruz. (TT - *Santa Cruz de Coimbra: Docs. Eclesiásticos*, M^o I, Doc. 45; ref^a M. Alegria Marques, *O Papado e Portugal...*, p. 327, nota 244).

⁷⁹ TT - *Sé de Coimbra*, 2^a incorp., M^o 10, Doc. 474. Esta Capela de St^a Clara, na Sé, fundada pelo bispo D. Egas Fafes (†1268), situava-se no alçado sul da catedral, junto à entrada para o claustro. Poderemos citar algumas referências documentais a esta Capela: «Mando [Mestre Gonçalo, cônego] o meu Corpo seer sotera-do Aquem da porta de Cima que he apes de ssanta crara da Eigreja da dicta See.» (1309). (TT - *Sé de Coimbra*, 2^a Incorp., M^o 26, Doc. 1208). «Si obiero [Martim Ea-

cias documentais de escolas pias legadas ao Convento de St^a Clara de Coimbra⁸⁰, situação corrente na Coimbra medieval, aliás, onde pontilhavam outras casas cenobíticas femininas que impõem esta cidade como um dos centros mais importantes do País medieval no que respeita à história deste género de monaquismo onde se cultivava uma espiritualidade de matriz feminina que se veio a revelar da maior importância para a galeria hagiológica portuguesa⁸¹.

4. O devocional dominicano coimbrão

A canonização de S. Domingos foi anunciada, por Gregório IX, pela bula *Fons Sapientiae*, dada em Rieti, a 3 de Julho de 1234, e en-

nes de Fremoselhe, cavaleiro] extra Ciuitatem Visensis ubicumque Mando sepeliri corpus meum in Ecclesia Cathedralis Colimbriensis Et rogo venerabiles viros Decanum et Capitulum Colimbriensis quod faciant sepeliri corpus meum inter illos a quibus ego descendo coram Altari sancte Clare (...)» (1325). (TT - *Sé de Coimbra*, 2^a Incorp., M^o 12, Doc. 549). «E mando meu corpo [D. Bartolomeu Peirier, cônego] seer soterrado dentro na jgreia da See de Coymbra entre o Altar de Sancta Crara ante o Muymento do Chantre que ffoy de Viseu e o Muymento D'astrugo meu jrmão Raçoeyro que ffoy em outro tempo de Coymbra (...). Item [mando] aos meus testamenteiros que do meu Auer comprem tanta herdade que valha e Renda em cada huum Ano, çento e dez libras e que me [façam] huum Altar em dereyto onde Eu jouuer soterrado ao Este o que he dantre Sam Pedro hu dizem a missa da Cura e Sancta Crara (...)» (1348). (TT - *Sé de Coimbra*, 2^a Incorp., M^o 25, Doc. 1042). «Rogo [Pero Juiães, cônego] aos homeens boons benefiçados na Egreia que me dem sopultura aa porta de sancta Clara Antre a porta e o Chantre de Viseu (...)» (1349). (TT - *Sé de Coimbra*, 2^a Incorp., M^o 7, Doc. 338).

⁸⁰ D. Pedro, bispo de Coimbra, deixa, em 20.06.1301, ao: «Monasterio domne Maioris didacj .x. libras». (TT - *Sé de Coimbra*, 2^a incorp., M^o 6, Doc. 309). Sobre este Convento veja-se: Fr. Manuel da Esperança, *Historia Serafica...*, II^a Parte, Lisboa, 1666, pp. 19-55; António de Vasconcelos, *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, 2 vols., Coimbra, Arquivo da Universidade, 1993, *passim*; Sebastião Antunes Rodrigues, *Rainha Santa. Cartas inéditas e outros documentos*, Coimbra, Coimbra Editora, 1958, *passim*; Angela Muñoz Fernández, «Santa Isabel Rainha de Portugal: una Infanta aragonesa paradigma de religiosidad y comportamiento femenino en el Portugal bajomedieval», *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Vol. III, Porto, 1989, pp. 1127-1143; Nuno Pizarro Dias, «Dinis e Isabel, uma difícil relação conjugal e política», *Revista Portuguesa de História*, T. XXXI, Vol. 2 (1996), Coimbra, p. 163.

⁸¹ Lembremos, na sua relação com Coimbra, as Beatas Sancha, Teresa e Mafalda e, sobretudo, Santa Isabel de Portugal... Vd. André Vauchez, «Les pouvoirs informels dans l'Église aux derniers siècles du Moyen Âge: visionnaires, pro-

viada a todos os arcebispos, bispos, abades, priores, abades, arciprestes, deões e eclesiásticos. Encontramos um dos seus originais múltiplos no cartório de S. Domingos de Lisboa⁸². Desde então que se nota uma protecção especial dos Sumos Pontífices aos Frades Pregadores. Pela bula de Inocêncio IV, *Cum dilectorum filiorum*, dada em Anagni em 3 de Setembro de 1243, determinava-se a todos os prelados que não dificultassem a acção pastoral dos Dominicanos⁸³.

A Ordem de S. Domingos, efectivamente, implementou-se em Portugal com bastante solidez, beneficiando de todo o processo de institucionalização geral que vivia e usufruía por toda a Cristandade⁸⁴.

O sucesso da pastoral dominicana, concorrendo com as estratégias espirituais tradicionais do clero diocesano, atraiu, conjunturalmente, o desagrado de prelados e cônegos, mestres e doutores de escolas catedrálcias ou de universidades, os quais acusam os Mendicantes de serem indigentes e de não ganharem legitimamente o

phètes et mystiques», *Mélanges de l'École Française de Rome*, 96 (1984), T. 1, pp. 281-293; Idem, *Les Laïcs au Moyen Âge...*, pp. 189 e segs.; Maria Helena Coelho, Arouca, *Uma Terra, Um Mosteiro, Uma Santa*, Arouca, 1989.

⁸² TT - *Colecção Especial*, Cx. 2, N° 55.

⁸³ TT - *Colecção Especial*, Cx. 3 N° 4.

⁸⁴ Seja nos primeiros anos, seja posteriormente, nos lustros em que mais se cristalizaram os privilégios eclesiais dos Pregadores. Para além daqueles que mencionaremos no texto, podemos lembrar aqui que os institutos Dominicanos portugueses estavam bem coordenados com a evolução constitucional de toda a Ordem. Isto mesmo se comprova pelas bulas guardadas no cartório de S. Domingos de Santarém, hoje na *Colecção Especial* da Torre do Tombo. A sua consulta permite referenciar, entre outros privilégios e decretos, os seguintes factos: os Pregadores estavam autorizados, depois de examinados pelo Capítulo Geral, a confessarem e pregarem (bula de Martinho IV, *Ad fructus uberes*, em 10 de Janeiro de 1282 e ratificada em 2 de Maio de 1284, em Civita Vecchia. (TT - *Colecção Especial*, Cx. 4, N° 8). Em 19 de Janeiro de 1286, em Roma, Honório IV promulgava o decreto *Religionis favor*, para que, em todos os Mosteiros da Ordem se submetessem os contratos e composições a estabelecer com prelados à autoridade do Mestre Geral. (TT - *Colecção Especial*, Cx. 4, N° 12). Concessão feita por Nicolau IV, em 28 de Julho de 1288, em Rieti, pela bula *Cum sollicite*, de isenções e imunidades a todos os bens e domínios da Ordem. (TT - *Colecção Especial*, Cx. 4, N° 16). Na mesma data e por bula homónima, foi dado à Ordem novo privilégio tornando-a dependente apenas da jurisdição pontifícia. (TT - *Colecção Especial*, Cx. 4, N° 15). Em 25 de Novembro de 1288, Honório IV autoriza a Ordem, pela bula *Ex parte vestra*, a poder requerer qualquer bispo para sagração das suas igrejas ou para lançamento das primeiras pedras, sempre que haja recusa do ordinário diocesano. (TT - *Colecção Especial*, Cx. 1, N° 11).

respectivo sustento. Esta acusação, generalizada por toda a Cristandade, obrigou o Papa Alexandre IV a intervir com a bula *Non sine multa*, onde renovava o apoio e protecção da Santa Sé a Franciscanos e Dominicanos ⁸⁵.

Em Coimbra, o Deão da catedral, por 1258, negava a administração dos sacramentos e do acompanhamento religioso aos finados que pretendessem ser sepultados na igreja dos Pregadores desta cidade. Foi necessária a intervenção de Alexandre IV, em 20 de Janeiro 1259, em Anagni, pela bula *Pertulerunt ad audientiam*, para que essa postura do clero catedralício mondegúino fosse derrogada ⁸⁶. O Mosteiro de S. Domingos recolhia, efectivamente, alguma das preferências de sepultura de certos oligarcas conimbricenses sensibilizando mesmo uma boa parte do clero colegial da cidade que recebera, nesta escola conventual, parte da sua formação clerical. Data de 7 de Junho de 1337, o testamento de João Mendes, raçoeiro de S. Cristóvão, no qual declara mandar-se: «deytar em sam domingos» (...), a cuja casa legava: «a minha brivia pero que nom he conprido por ensinança e bem que me em este mundo fezerom» ⁸⁷.

Foi também no meio de contrariedades levantadas pelo clero diocesano lisboeta que os frades Pregadores de Santarém consolidaram as suas actividades pastorais e apostólicas junto dos fiéis escalabitano ⁸⁸. Dificuldades que, de volta e meia, se reacendiam ⁸⁹. As renovadas atitudes proteccionistas tomadas pela Santa Sé para com os Pregadores, no entanto, levaram estes, algumas vezes, a exorbitarem as suas funções e múnus apostólicos ⁹⁰. Foi Clemente IV que, em 20 de Novembro de 1265, concedeu à Ordem de S. Domingos um privilégio geral - que já antes se havia oferecido a Conventos particulares - pelo qual se interditava a construção de qualquer igreja ou conven-

⁸⁵ TT - *Colecção Especial*, Cx. 3, N° 33.

⁸⁶ TT - *Colecção Especial*, Cx. 3, N° 46.

⁸⁷ BGUC - *Códice 636*, fls. 226-226v°.

⁸⁸ Em 15 de Outubro de 1259, em Anagni, Alexandre IV anulava, com o decreto *Meritis vestrae*, todas as excomunições impostas pelos prelados lisboetas aos Pregadores de Santarém. (TT - *Colecção Especial*, Cx. 3, N° 48). Em 25 de Janeiro de 1266, em Perusa, Clemente IV, pela bula *Universi et singuli*, determina a revogação do interdito decretado pelo bispo de Lisboa, pelo qual impedia os fiéis de entrarem, aos Domingos, nas igrejas dominicanas da sua Diocese, obrigando-os a assistir nas matrizes paroquiais. (TT - *Colecção Especial*, Cx. 3, N° 80).

to nas proximidades dos mosteiros Dominicanos, pelo menos numa extensão de trezentas varas de oito palmos cada uma ⁹¹.

Em Portugal, por meados de Duzentos, os Dominicanos incentivavam a devoção dos fiéis a S. Domingos, a S. Pedro Mártir ⁹², a Santa Catarina Virgem e, muito especialmente, a Stª Maria nas suas diferentes festividades e invocações ⁹³. No Convento de Coimbra

⁸⁹ Lembremos que, em 9 de Maio de 1265, em Perusa, Clemente IV expedia a bula *In quibusdam locis*, excomungando todos aqueles que violassem ou danificassem as igrejas dominicanas, onde quer que se encontrassem. (TT - *Colecção Especial*, Cx. 3, Nº 67). A este Papa se devem outros decretos proteccionistas dos Dominicanos, guardados em Portugal, por exemplo, no cartório de S. Domingos de Santarém, nomeadamente os seguintes: 3 de Junho de 1265, Perusa, bula *Virtute conspicuos*, privilegiando a Ordem no que tocava ao cumprimento da Regra, ao culto divino, ao ensino, à disciplina monástica e à administração de bens. (TT - *Colecção Especial*, Cx. 3, Nº 70). 15 de Junho de 1265, Perusa, bula *Exigentibus vestrae devotionis*, para que nenhum legado apostólico pudesse excomungar, suspender ou interditar qualquer frade da Ordem, excepto se houver mandato papal específico para o efeito. (TT - *Colecção Especial*, Cx. 3, Nº 71). Na mesma data da anterior, a bula *Exigentibus vestris*, para que os Pregadores exercessem o culto nas dioceses vacantes, desde que os bispos cessantes os tivessem autorizado. (TT - *Colecção Especial*, Cx. 3, Nº 72).

⁹⁰ Em 27 de Junho de 1265, em Perusa, o Papa Clemente IV dispensaria os Dominicanos de irregularidades cometidas ao excomungarem ou interdita-rem pessoas sem autorização apostólica pertinente. (TT - *Colecção Especial*, Cx. 3, Nº 73).

⁹¹ Bula *Ad consequendam*. (TT - *Colecção Especial*, Cx. 3, Nº 79).

⁹² Em 27 de Setembro de 1257, Alexandre IV expediu a bula *Cum ad promeranda*, concedendo indulgências a todos os fiéis que, confessados e verdadeiramente arrependidos, visitassem a igreja de S. Domingos de Santarém, cujo Convento se encontrava então em construção, nos dias destes Santos. (TT - *Colecção Especial*, Cx. 3, Nº 40). Estes privilégios foram renovados e ampliados pelo mesmo papa na bula *Vitae perennis gloria*, de 10 de Janeiro de 1259, em Anagni (TT - *Colecção Especial*, Cx. 3, Nº 45). Em 20 de Março de 1266, em Perusa, Clemente IV decretava a bula *De meritorum excellentia*, enviando-a aos bispos de Portugal, na qual se declarava que as festas de S. Domingos e de S. Pedro Mártir cairiam em 5 de Agosto e em 29 de Abril, respectivamente. (TT - *Colecção Especial*, Cx. 3, Nº 86).

⁹³ Bula *Vitae perennis*, de Alexandre IV, a todos os fiéis que assistissem, nessas festas, desde as vésperas até aos dias seguintes, na igreja dominicana de Santarém, aos officios religiosos desde que devidamente confessados. (TT - *Colecção Especial*, Cx. 3, Nº 50). Em 11 de Outubro de 1265, em Perusa, o Papa concederia 100 dias de indulgências aos fiéis que, devidamente confessados, entrassem nas igrejas dominicanas para participar dos officios divinos nas festas mencionadas (TT - *Colecção Especial*, Cx. 3, Nº 77). Em 8 de Novembro de 1389, em Roma, foi

existiam capelas dedicadas a S. Fr. Gil, a St^a Iria, a St^a Catarina [de Sena] e a Nossa Senhora do Rosário, cuja confraria foi instituída em 1494 ⁹⁴. Entre os Dominicanos, também, encontramos ecos da devoção pelo culto do Anjo da Guarda ou «Anjo Beento» a quem se encomendava o já mencionado raçoeiro de S. Cristóvão, João Mendes, por 1337, criado na escola monástica de S. Domingos onde quis ser sepultado ⁹⁵.

Na região de Coimbra ergueram-se também capelas dedicadas a S. Domingos, nomeadamente nas proximidades da vila de Ançã (1395) ⁹⁶ e também na Granja de S. Domingos de Murta ⁹⁷. Em Ten-

confirmado, pelo Papa Bonifácio IX, o privilégio outorgado por Urbano VI, seu antecessor, pelo qual se autorizava a celebração da Festa da Visitação de Nossa Senhora nas igrejas da Ordem de S. Domingos (bula *Superni benignitas*). (TT - *Colecção Especial*, Cx. 6, M^o 1, N^o 1). Ao bispo de Coimbra D. Egas (1247-1268) deve-se a proclamação da indulgência de 40 dias de perdão aos fiéis que participassem, na Sé catedral, na festividade de Santa Maria de Agosto e nos três dias seguintes: «quomodo ecclesia Sedis sancte Marie Colimbriensis mater est et magistra omnium ecclesiarum et clericorum et laicorum tocjus episcopatus (...)». (TT - *Sé de Coimbra*, 1^o incorp., M^o 20, Doc. 5; sem data).

⁹⁴ Maria Helena Coelho e João J. Cunha Matos, *op. cit.*, p. 9. Sobre estas Confrarias do Rosário veja-se: Pierre Lançon, «Les Confréries du Rosaire en Rouergue aux XVI^e et XVII^e Siècles», *Annales du Midi*, T., XCVI (1984), Toulouse, pp. 121-134; J. Claude Schmitt, «La Confrérie du Rosaire de Colmar (1485)», *Annales. E. S. C.*, 1981, pp. 83-104; Massimo D. Papi, «Confraternite ed Ordini Mendicanti a Firenze. Aspetti di una Ricerca Quantitativa», *Mémoires de l'École Française de Rome*, 89 (1977), T. 1, pp. 723-732.

⁹⁵ Citamos a arenga do seu testamento, seguindo transcrição de João Pedro Ribeiro: «Em nome de deus amen eu Johanne meendiz raçoeiro da eigreja de sam christouão de Coimbra ueendo o estado da morteydade da terra em que somos ... temendo o dia de meu pasamento ... com mha memoria comprida ... das possissoins e dos beens outros que ey ... asy movil come rayz ... e o anjo beento que m^o ha de guardar ... dos emmygos ... confesores e virgeys ... asi ordinho en esta guisa ... se hy for soterado ... aso os degraos ... e ajam o dito anniversario aquelles que veerem ante o avangelho e sayam sobre mim com cruz e com encensso e com agua beenta .vinte soldos. (...)». (BGUC - *Códice 636*, fl. 1226).

⁹⁶ TT - *Santa Cruz de Coimbra*, 2^a incorp., M^o 59, Doc. «Alm. 19, m^o 7, n^o 11» (de 21 de Janeiro). Uma relação cartográfica das ermidas paroquiais dedicadas a S. Domingos, na Diocese coimbrã do séc. XVII, pode ver-se em Fr. Luís de Sousa, *Hist. de S. Domingos*, Vol. I, pp. 422-423. Para as franciscanas, consulte-se Maria Alegria Marques, «O culto de Santo António na diocese de Coimbra. Subsídios para a sua história», *Congresso Internacional Pensamento e Testemunho*, 8^o Cen-

túgal, entre outras localidades para as quais se aguarda confirmação documental, os Dominicanos, certamente debaixo da protecção do Duquesa D. Isabel de Urgel, e dentro de uma actuação apostólica de renovação pastoral globalmente ordenada ⁹⁸, informaram o nascimento de uma Confraria de S. Domingos e de S. Pedro Mártir, na igreja de Santa Maria de Mourão, cujas «constituições» foram promulgadas em 1457 ⁹⁹.

As isenções de obediência a excomunhões gerais a que estas Ordens estavam vinculadas - excepto em casos de expressa e específica nomeação - e os privilégios de uso de altares portáteis de que dispunham, especialmente entre Dominicanos, permitiam-lhes a manutenção da liturgia para com os seus fiéis mesmo em caso de interdito nacional ou diocesano ¹⁰⁰. Em 1283, Fr. Egas, sub-prior dos: «frades preegadores do moesteyro de Coinbra», como testamenteiro de D. Teresa, viúva que fora de D. Tomas «cidadeao de coinbra» acorda, com o seu Convento, a existência de um capelão permanente na capela destes aristocratas: «ataa que o intredycto fosse alçado e depois que o intredycto fosse alçado» ¹⁰¹.

tenário do Nascimento de Santo António. Actas, Vol. II, Braga, Univ. Católica Portuguesa e Família Franciscana Portuguesa, 1996, pp. 1137-1164.

⁹⁷ Referência de 17.03.1344. (*Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*, Vol. III. (1340-1344), (dir. A. H. Oliveira Marques), Centro de Estudos Históricos da Univ. Nova de Lisboa, Lisboa, 1992, Doc. 413, pp. 320-322).

⁹⁸ Vd. G. Meersseman, «Études sur les anciennes confréries dominicaines. I. Les confréries de Saint-Dominique; II - Les confréries de Saint-Pierre Martyr; III - Les Congrégations de la Vierge», *Archivum Fratrum Praedicatorum*, XX (1950), pp. 5-113; XXI (1951), pp. 51-196 e XXII (1952), pp. 5-176.

⁹⁹ Sónia Maria Ferreira da Fonseca, *Tombo das Confrarias de S. Pedro e S. Domingos de Tentúgal*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1996 (policopiado).

¹⁰⁰ Não apenas com altares portáteis, tão úteis a Frades itinerantes. As próprias igrejas dominicanas podiam receber privilégio de isenção e escusa de observarem os interditos, em determinadas ocasiões, desde que não estivessem na origem deles. A S. Domingos de Santarém, em 4 de Janeiro de 1261, em Latrão, concedeu Alexandre IV a bula *Pro reverentia*, desobrigando este Mosteiro de cumprir interdito, caso existisse, nas festividades de S. Domingos e de S. Pedro Mártir, bem como os dos oito dias seguintes. (TT - *Colecção Especial*, Cx. 3, Nº 54).

¹⁰¹ Continua este documento com interessantes informações: «[Depois de alçado o interdito] ouuessem os ditos casaes e tevessem capellam pera sempre ... [E] eu sobredivto avyda delyberaçom com os sabedores asynando mandey e mamdo que tenham humm capellam que reze myssas per salteiro polla alma do dicto martim

5. Proselitismo religioso e novas devoções na Diocese

Em Quatrocentos, as Ordens Mendicantes mantiveram a sua envolvimento no esforço proselitista religioso em terras «de infiéis»¹⁰², contribuindo, sobretudo no contexto hispânico da Reconquista, para a generalização das indulgências. Simultaneamente Franciscanos e Dominicanos desenvolviam a sua apostolicidade popularizando junto dos fiéis a crença no Purgatório, esse lugar intermédio de onde as almas se libertavam mediante o empenho dos vivos na celebração de elevadas quantidades de missas¹⁰³.

Para além do Purgatório, os Mendicantes são responsáveis pela generalização de outras sensibilidades espirituais na Coimbra medieval. Quer dentro dos seus conventos - cuja topografia de capelas, oratórios e altares conhecemos mal - quer fora deles, nas igrejas paroquiais da cidade e na própria Catedral¹⁰⁴.

cadarram do qual o dicto dom tome foy testamenteiro (...). (BGUC - *Códice 636*, fl. 267).

¹⁰² Ferdinandus Delorme, «De Praedicatione Cruciatæ Saec. XIII per Fratres Minores», *Archivum Franciscanum Historicum*, T. IX (1910), pp. 99-117.

¹⁰³ Podemos documentar o caso de Fr. Lopo Boy, frade professo dos Pregadores e Mestre em Teologia, comissário de D. Fernando Guerra, arcebispo bracaraense, que passa carta de indulgência, em 1437, a uma D. Catarina Eanes porque: «se atreueo [e] deu dos seus beens e ffez esmola contra os infiees mereço aver aquellas indulgencias que nosso senhor o santo padre outorgou a todollos aquelles que derem subsidio e ajuda pera a dicta cruzada (...) como he contheudo na sua bul-la gançada por o nobre senhor dom duarte rey de portugall [pela qual] cometo a qualquer clérigo ou relligioso (...) que a possam absolver da culpa e pena que merecer ce padecer no purgatorio». (BGUC - *Códice 636*, fl. 122vº). Sobre esta questão, veja-se: Jacques Chiffolleau, *La comptabilité de l'au-delà, les hommes, la mort et la religion dans la région d'Avignon à la fin du Moyen Âge*, Roma, 1980, pp. 252-266; Idem, «Pour une économie de l'institution ecclésiastique...», cit., pp. 252 e segs.; Idem, ««Usus pauper»?...», cit., pp. 138-139, 146-147. Para Portugal consulte-se Hermínia Vilar, *A Vivência da Morte no Portugal Medieval...*, pp. 136-154.

¹⁰⁴ Nos séculos XIII e XIV, surgem referências a capelas funerárias dentro da Sé como seja: *Capela de S. Sebastião*, propriedade de Pedro Pais, cônego de Coimbra e da Guarda (1295). (TT - *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 36, Doc. 1548). *Capela de S. Geraldo* (anterior a 1300). (TT - *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 6, Doc. 309). *Capela de Stº Ildesonso*, edificada a expensas de Afonso Peres, cavaleiro, conforme se colhe do seu testamento lavrado em 1355. (TT - *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 34, Doc. 1390). *Capela de S. Cosme e S. Damião*, edificada por Mestre Pedro, cirurgião, pouco antes de 1369. (TT - *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 21, Doc.

Dentro desta, aliás, surgem nos séculos XIII e XIV, novas capelas e altares cuja aparição deveremos interpretar, porventura, à luz das influências pastorais de Franciscanos e Dominicanos, como sejam as capelas dedicadas ao culto de Stª Maria Madalena ¹⁰⁵, de S. Miguel ¹⁰⁶,

902). Sobre a Sé veja-se: António de Vasconcelos, *A Sé-velha de Coimbra (Apontamentos para a sua História)*, 2 vols., Coimbra, Arquivo da Universidade, 2ª ed., 1992; António Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal. II. Cida-de de Coimbra*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1947, s.v. «Sé-velha».

¹⁰⁵ Lê-se no testamento de Joana Dias e de Fernando Martins, de Coimbra, lavrado em 1278: «quandam Capellam construxerimus in Cathedralj ecclesia Colimbriensis que capella est sita iuxta Chorum Cathedralis ecclesie Colimbriensem que Capella vocatur sancta Maria Magdalena (...)». (TT - *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 22, Doc. 933). Já em 1175 o Capítulo Geral de Cister determinava a celebração de duas missas de Santa Maria Madalena nos seus mosteiros. (Josephus-Maria Canivez, *Statuta Capitulum Generalium Ordinis Cisterciensis ab Anno 1116 ad Annum 1786*, T. I, Louvain, 1933, p. 82. Sobre o culto a Stª Maria Madalena e a sua relação com as Ordens monásticas consulte-se: Xavier Barral I Altet, «L'image pénitentielle de la Madeleine dans l'art monumental roman», *Mémoires de l'École Française de Rome*, 104 (1992), T. 1, pp. 181-185; Colette Deremble, «Les premiers cycles d'images consacrés à Marie Madeleine», *ibidem*, pp. 187-208; Michel Lauwers, «*Noli me tangere*», Marie Madeleine, Marie d'Oignies et les pénitentes du XIII^e siècle», *ibidem*, pp. 209-268.

¹⁰⁶ Em 1284, menciona-se no testamento de João Domingues, cónego: «Item mando que o cabido de Coymbra faça conteer a mha capella de san Miguel da clastra desse logo (...)». (TT - *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 23, Doc. 996). No testamento de João Peres, mestre-escola, lê-se: «Item mando sepeliri corpus meum in capella sancti Michaelis que est in Claustro sedis Colimbriensis in terra coram altari in monumento meo quod ego ibi feci fieri circa sepulturam domnj Johannis gundisaluj (...)». (TT - *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 36, Doc. 1542). Também em 1421, num contrato de sepultura estabelecido entre João Lourenço, sua mulher e o Cabido, lê-se: « (...) auerem sepultura e coua na dicta Clasta da dicta See na naue que uay contra A capella de Sam myguel pera elles E seus ffilhos E que por A dicta ssopoltura que lhes Assy dauam e Assynarom na qual tynham ia soterrada huã sua ffilha (...)». (TT - *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 30, Doc. 1261). Embora o culto pelo Arcanjo S. Miguel seja muito remoto, sofreu um renovado impulso em virtude da espirituallidade mendicante. Veja-se, sobre a sua apropriação pelo franciscanismo, Jérôme Poulenc, «Saint François dans le «vitrail des anges» de l'église supérieure de la basilique d'Assise», *Archivum Franciscanum Historicum*, T. 76 (1983), pp. 701-713; Raffaello Morghen, «S. Francesco nella tradizione dell'Alter Cristus», *Cuadernos de Historia de España - Estudios de Homenaje a Don Claudio Sanchez Alborno*, ..., T. II, 1985, Buenos Aires, pp. 293-301. Têm a maior importância os estudos reunidos em *Millénaire Monastique du Mont Saint-Michel*, T. III. *Culte de Saint Michel et Pèlerinages au Mont* (dir. Marcel Baudot), Paris, 1971, *passim*.

de novas intitulações marianas ¹⁰⁷ ou dos já mencionados S. Francisco, St^o António e St^a Clara de Assis ¹⁰⁸. Entre os Franciscanos desenvolveu-se, igualmente, o culto devocional por Cristo crucificado, pela Rainha dos Anjos, pela Imaculada Conceição (que o bispo D. Raimundo, em 1320, instituiria na Diocese com carácter de festa maior e de celebração preceptiva ¹⁰⁹), por S. Miguel e S. Gabriel, para além das devoções internas à própria Ordem, todos eles alvo de um culto precoce na Diocese de coimbrã. Em Coimbra, aliás, institucionalizou-se o culto de Santa Isabel de Portugal, porventura a devoção portuguesa medieval de mais imediato sucesso em relação ao momento da respectiva morte desta Rainha (†1336) ¹¹⁰.

¹⁰⁷ Foram efectivamente vários os altares e capelas erguidas na Sé e consagradas a St^a Maria. Em 1165, numa doação de Estêvão Peres Espinel, cavaleiro e de Maria Pais, sua mulher, refere-se um: «altari quod nos ibidem construxerimus» dedicado à Virgem. (TT - *Sé de Coimbra*, 2^a incorp., M^o 34, Doc. 1398). Os testamentos de Pascoal Godinho, antigo deão da Sé, declaram, em 1287, ter mandado: «aedificari seu construi fecerimus pro anima eiusdem decanj quandam Capellam in clauistro Colimbriensis Ecclesie cathedralis et ibidem erigi fecerimus altare ad honorem dej et beatissime Marie matris eiusdem (...)». (TT - *Sé de Coimbra*, 2^a incorp., M^o 27, Doc. 1133). Pero Bonser, cônego e prior da Colegiada de S. João de Almedina, em 1319, declara: «E mando o meu corpo jeitar na Egreia de ssam Oane Ante o Altar de ssanta Maria na mha Capella que Eu ffiz (...)». (TT - *Sé de Coimbra*, 2^a incorp., M^o 29, Doc. 1196).

¹⁰⁸ Torna-se mais difícil comprovar uma responsabilidade mais directa dos Mendicantes no florescimento do culto dos Protomártires cristãos, caso de St^a Cecília. Em 1322, João Gomes, cônego da Sé, declarava: «Et mando corpus meum sepeliri in Capella mea sancte Secilie Ante Altare super terram (...) Quam ego de nouo edificauj et ffecj in Claustro Ecclesie Cathedralj proprijs expensis. (...) Item cum in Capella sancte Sicilie consecrandam infformacione necessariorum eiusdem expendj bene Mille libras ex eo non potuj pecuniam congregare (...)». (TT - *Sé de Coimbra*, 2^a incorp., M^o 39, Doc. 1667).

¹⁰⁹ TT - *Sé de Coimbra*, 2^a incorp., M^o 46, Doc. 1820; pub.: M. de Oliveira, «Santa Maria na História e na Tradição Portuguesa», *Fátima - Altar do Mundo*, I, Porto, 1953, p. 60; Avelino J. Costa, *Álbum de Paleografia e Diplomática Portuguesas*, Vol. I, *Estampas*, Coimbra, 1990, Doc. 92. Sobre a questão «imaculatista», que di-vidiu durante muito tempo as teologias de Franciscanos e Dominicanos, vd. John Bossy, *A Cristandade no Ocidente (1400-1700)*, Lisboa, Ed. 70, 1990, pp. 22-25.

¹¹⁰ António de Vasconcelos, *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, 2 Vols., Coimbra, Arquivo da Universidade, 1993, pp. 243-279. (Santa Isabel só seria beatificada, por bula de Leão X, em 15 de Abril de 1516, vindo a receber a canonização

6. Sociabilidade e cultura

A base do recrutamento dos Dominicanos e Franciscanos parece ser especialmente importante nas proximidades da cidade. Mas não só, pois que acorriam aos respectivos Conventos noviços de todos os pontos do País, muito especial e muito naturalmente da Estremadura de então ¹¹¹.

O Mosteiro domínico coimbrão via-se povoado por frades oriundos das famílias citadinas, mas também das aldeias e vilas dos arredores como Cernache e Eiras. Outras vilas de maior importância forneciam também os seus ingressos. Casos de Montemor-o-Velho, Lousã, Soure, Miranda do Corvo, Avô (Arganil), Viseu ou Aveiro. Entre os centros mais distantes, acorriam à casa coimbrã irmãos de Salamanca, Zamora, Évora, Elvas, Lisboa, Leiria e Batalha. Centros de emanação que denunciam um modelo de itinerância entre os Dominicanos, como, de resto, pudemos já quantificar para o Mosteiro de Santa Maria da Vitória ¹¹². Ao afirmar-se como pólo de acolhimento de frades oriundos dos mais diferentes centros urbanos de Portugal e do Reino vizinho, bem como pela sua situação geográfica no centro-litoral, não admira que o Convento de S. Domingos de Coimbra tenha sido escolhido, muito provavelmente em 1365, para local da celebração de um dos Capítulos Provinciais da *Hispania*, fenómeno que se registou muito raramente em território lusitano ¹¹³.

Estamos menos informados sobre as origens geo-sociais dos Frades Menores. É muito provável que a maioria dos candidatos à clausura franciscana saísse das oligarquias urbanas. Mas havia-os também filhos de estirpes nobiliárquicas, como se demonstra por alguns apontamentos biográficos coligidos pelos Cronistas da Ordem Seráfica. Dos elementos analisados, poderemos concluir que Coimbra e a região próxima era o principal alfofre de abastecimento do Conven-

em 25 de Maio de 1625).

¹¹¹ Em 8 de Fevereiro de 1463, nomeia-se um Fr. Rodrigo da Lousã: «fraire da hordem de sam domjngos». (TT - *Colegiada de S. Pedro de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 8, «Nº 29»). Vide, no apêndice documental, os Docs. 9 a 14, onde apresentamos o rol das ordenações conhecidas de Frades Mendicantes na Diocese de Coimbra entre 1409 e 1472.

¹¹² *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV*, Coimbra, Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras, 1990, pp. 279-281.

to Menor, casos de Cernache, Lorrão ou de Verride. Mas não só. Por este claustro passaram Frades oriundos de Miranda (do Corvo), de Tomar, de Baçal (Bragança), do Porto, de Valdigem e Castelo (Lamego), da Guarda, de Leiria, de Santarém, de Lisboa e de Évora. O fenómeno inverso também se verificava, ingressando diocesanos conimbricenses em Mosteiros Mendicantes doutras cidades e vilas distantes. Situação habitual numa Idade Média em que o homem se revelava um viajante e peregrino muito constante ¹¹⁴.

Franciscanos e Dominicanos gozavam de uma boa reputação na cidade. Aos seus conventos recorriam não raramente os conimbricenses, junto de cujos adros e claustros aproveitavam para lavrar contratos notariais, solicitando os Frades como testemunhas dos actos efectuados ¹¹⁵ ou, então, pedindo-lhes a aposição dos respectivos selos monásticos nos documentos originais para os quais se requeria redobrada noção de autenticidade. Isto, aliás, tanto afectava particulares ¹¹⁶

¹¹³ Ver apêndice documental, Doc. 8.

¹¹⁴ Sobre esta base migracional e mobilidade inter-diocesana do clero português veja-se José Marques, *A Arquidiocese de Braga no Séc. XV*, Lisboa, INCM, 1988, pp. 823-991. Seja-me permitido remeter para o meu estudo: «Diocesanos bracarense de Quatrocentos nas matrículas de ordens sacras da Sé de Coimbra», *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional. Actas*, Braga, 1990, Vol. 2, pp. 557-587. Sobre os Menores, as informações expostas baseiam-se nos documentos que publicamos no apêndice documental deste artigo.

¹¹⁵ Caso do escambo de certa herança em Vouga, Travaço e Esgueira efectuado por D. Maria Peres com a Colegiada de S. Salvador de Coimbra em 15.05.1279, em que foram testemunhas Fr. Domingos Pais, prior e Fr. Estêvão de Lamego, Frades Pregadores de Coimbra e Fr. Estêvão de Alcácer, guardião e Fr. Estêvão Martins, Frades Menores de Coimbra. (TT - *Sé de Coimbra*, 1ª incorp., Mº 19, Doc. 28).

¹¹⁶ Caso da doação de uma vinha e de um oitavo de um lagar, em Assamassa, feita por Domingos Eanes a Santa Cruz, em 11.06.1299. («E que esta doaçom e este outorgamento que de nos demos e damos e outorgamos seia stauel e depouys non possa uyr en duuida Rogamos ffrey Steuam Priol dos frades preegadores que possese o seu seelo em esta doaçom e outorgamento. Eu ffrey Steuam de susodicto a rogo dos dictos Domingos teyxhelam e de ssa molher Maria domingujz esta carta do meu seelo seeley, en testimõyo de uerdade. esto foy feyto no Monsteiro dos frades preegadores de Coymbra xj. dias andados de Juyõ da Era. Mª. CCCª. xxxvij. que presentes foram ffrey Pedro doctor dos preegadores e ffrey Lourenço dos preegadores, Martjm steueez vezinho de Coymbra, Domingos rribeyro de Santar, Joham de basto». (TT - *Santa Cruz de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 59, Doc. «Alm. 18, mº 1º,

como instituições eclesiais do maior prestígio ¹¹⁷. Os próprios Frades, nas suas itinerâncias ou mesmo quando estantes nos seus Conventos, viam-se também, solicitados para presenciarem actos jurídicos ¹¹⁸.

Entre os Conventos e a oligarquia local coimbrã desenvolveram-se relações de apoio e de inter-dependência. Estabeleceu-se uma rede clientelar de matiz religioso-espiritual de que o exemplo dos familiares espirituais de S. Domingos de Coimbra - como, entre os Me-

1º-6º»; *ibidem*, Livro 6, fl. 38, nº 67).

¹¹⁷ D. Constança Sanches, por exemplo, nos documentos em que estabelece a Capela de Santo António do Mosteiro de Santa Cruz, já citados, roga a aposição dos selos do Guardião franciscano e do Prior dominicano de Coimbra. Na pública-forma do compromisso de 1211, entre Santa Cruz e os seus Raçoeiros de Leiria, sem data explícita, refere-se a aposição: «sigilla nostri supradicti Conuentus ffratrum Predicatorum et Conuentus ffratrum Minorum Colimbrien.», nomeando-se Fr. Miguel como: «uices ffratris Dominicj de Beelj Gardianj et Conuentus ffratrum Minorum Colimbriensis». (TT - *Santa Cruz de Coimbra*, 1ª incorp., Mº 15, Doc. 35). O testamento do rei D. Sancho II, de que há cópia autêntica feita na cidade do Porto, em Março de 1248, guardada no cartório de Santa Cruz, teve como responsáveis pela sua publicação dos Frades Pregadores Fr. Pedro de Esca ou Osca, provincial da *Hispania*, Fr. Paio Abril, prior do Porto e Fr. Fernando Peres, prior de Compostela, cujos selos foram apostos na carta de pública-forma. (TT - *Santa Cruz de Coimbra*, 1ª incorp., Mº 18, Doc. 38).

¹¹⁸ Assim sucedeu a Fr. Afonso, prior dos Pregadores de Coimbra, conjuntamente a Fr. Bartolomeu, Fr. Lourenço e Fr. Pedro da Cruz, igualmente Dominicanos, presentes na cidade de Évora, em 24.03.1261, testemunhando a autorização dada pelo bispo daquela cidade, D. Martinho, ao Abade de Alcobaça, D. Estêvão, para este construir a igreja de Beringel. (TT - *Most. de Alcobaça*, 1ª incorp., Mº 10, Doc. 15 e Mº 12, Doc. 6 (confirmação de 18.05.1270)). Podemos citar ainda outros exemplos: 01 e 03. 1244, Fr. Paio Abril, prior, Fr. Estêvão Rodrigues, sub-prior e Fr. Lourenço, Dominicanos do Convento de Coimbra (TT - *Santa Cruz de Coimbra*, 1ª incorp., Mº 18, Docs 31 e 33); 5.05.1279, Fr. Egas, O. P., testemunha do testamento de Pedro Martins, mestre-escola da Sé (TT - *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 32, Doc. 1366); 15.03.1281, Fr. Salvado, testemunha da vontade testamentária do já mencionado Pedro Martins, mestre-escola da Sé (TT - *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 7, Doc. 356); 23.02.1315, Fr. Jaime e Fr. João de Palhavã, O. P., testemunhas do testamento de Francisco Peres, cônego de Coimbra (TT - *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 25, Doc. 1038); 28.09.1317, Fr. Pedro Peixeiro e Fr. Gil, O.F.M., testemunham a doação feita por Gonçalo Fernandes Chancinho, cavaleiro, à Sé de Coimbra (TT - *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 4, Doc. 193); 25.02.1374, Fr. Afonso de S. Juyão, da «hordem de Sam francisco», testemunha presente no claustro de Santa Cruz de Coimbra (TT - *Santa Cruz de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 38, Doc. do «Alm. 50, Nº 12, Mº 3»).

nores, o já mencionado caso de irmandade espiritual de D. Vataça, antes enunciado, comprova - dão claro testemunho. Um caso conhecido é o de D. Geraldo Peres ¹¹⁹, cónego da Sé e também Vigário Geral diocesano, que em 1365, segundo cremos, recebeu carta de família-tura espiritual dos Dominicanos, segundo decisão do Capítulo Provincial hispânico celebrado em Coimbra. Geraldo Peres aparecerá relacionado, noutras situações, com os Dominicanos desta cidade. Nem sempre, aliás, na melhor das posições. Se em 1375, Geraldo Peres, Vigário Geral da Diocese, julga favoravelmente as pretensões do Mosteiro sobre os bens de Domingos Chancinho em Soure, já em 1382, o Prior de S. Domingos se queixará do Vigário Geral pois que: «não fez, nem quis fazer justiça ao Mosteiro», numa contenda que o opunha a Santa Clara de Coimbra sobre a partilha dos bens testamentários de Vicente Pires Monteiro, «frade» [terceiro ?] de S. Domingos de Coimbra ¹²⁰.

Os frades mendicantes, apesar da sua itinerância constante, não se desligavam totalmente dos seus vínculos familiares. Mencionaremos, na Coimbra de 1299, o exemplo de Fr. Francisco: «filius et testamentarius domna Stephanie de licencia et mandato religiosi domni ffratris Johannis galeci guardiani ffratrum minorum colinbrie» ¹²¹. Para além de testamentários, os Frades Mendicantes eram escolhidos pelos conimbricenses para zeladores de certos bens móveis.

Quer em S. Francisco, quer em S. Domingos de Coimbra existiam escolas conventuais e leitorados de nível elementar e propedêutico a estudos universitários ¹²². Entre os Franciscanos encontraríamos um número razoável de Mestres e de Doutores que ministravam a forma-

¹¹⁹ A biografia deste Cónego foi estudada por Maria do Rosário Morujão, «Geraldo Peres, Cónego da Sé de Coimbra no Século XIV», *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXI. *Homenagem ao Doutor Salvador Dias Arnaut*, Vol. I, Coimbra, 1996, pp. 393-430.

¹²⁰ Marcelino Pereira, *O Mosteiro de S. Domingos....* p. 218, doc. 6, pp. 225, docs. 26 e 27.

¹²¹ BGUC - *Códice 636*, fl. 1268.

¹²² Sobre o tema do ensino da Teologia nos conventos Mendicantes portugueses, particularmente nos de Coimbra, veja-se a síntese actualizada de José Antunes, «A Teologia», *História da Universidade em Portugal*. I Vol. Tomo I (1290-1536), Coimbra, Universidade de Coimbra e Fund. Calouste Gulbenkian, 1997, pp. 237-269.

ção superior teológica que fechava a cúpula de todo o saber académico medieval ¹²³.

O domínio de altos graus académicos é bem evidenciado entre Franciscanos e Dominicanos ¹²⁴. É curiosa a notícia do penhor efectuado pelos Franciscanos de Coimbra dos livros das *Sentenças* (de Pedro Lombardo) entre outros manuscritos, propriedade do cônego Francisco Peres, contra o empréstimo de 30 libras que haviam efectuado àquele clérigo pouco antes de 1315 ¹²⁵.

Entre os Dominicanos de Coimbra, como, aliás, entre os de muitos outros Conventos da Província, florescia a especialização escolar e cultural teológica. Os frades coimbricenses seguidores de S. Domingos eram essencialmente pregadores recebendo a preferência dos Cônegos da Sé no que tocava às homílias dominicais. É famoso o exemplo de Fr. Paio de Coimbra, que deixou indelével memória de si na escola conventual domínica coimbrã ¹²⁶. Um outro activo pregador em Coimbra, por exemplo em 1445, era Fr. Afonso de Lorvão «doctor da ordem de Sam domingos» ¹²⁷. Em 1462, no entanto, intitula-se bacharel em teologia em súplica dirigida ao Papa ¹²⁸. Entre 1435 e 1457, apresenta-se-nos Fr. Gonçalo de Montemor, bacharel no Convento domínico e pregador régio ¹²⁹.

¹²³ Fernando Félix Lopes, «As escolas públicas dos Franciscanos em Portugal antes de 1308», *Colectânea de Estudos*, 2. Braga, 1947, pp. 83-108; António Resende, «As Instituições de Ensino», *Nova História de Portugal*, Vol. 3, cit., p. 646; Idem, «A mobilidade dos universitários», *História da Universidade em Portugal*, I Vol., T. 1, Coimbra, 1997, pp. 339-356.

¹²⁴ Citemos, posto que fora de Coimbra, que, em 1260, se menciona, relacionado com o Mosteiro de Stº Tirso, o Doutor Fr. Mateus e do seu «socius» Fr. Martinho, menoritas. (BGUC - Códice 636, fl. 132vº).

¹²⁵ Lê-se no testamento deste Cônego, datado de 23 de Fevereiro de 1315: «(...) Item Mando a meu criado ffrej Vicente os meus liuros das sentenças e os liuros que tenho a penhor dos ffrades meores por Trijnta libras e quando lhos sacarem dem lhes dinheiros.» Este Cônego tinha também um «Degredo» que legava a João Eanes, escolar de Viseu. (TT - *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 25, Doc. 1038).

¹²⁶ Sobre Fr. Paio de Coimbra veja-se a resenha bio-bibliográfica feita por Fr. António do Rosário, *Letrados Dominicanos em Portugal...*, nº 124, pp. 586-587.

¹²⁷ AUC - Cofre: *Rolos em Papel*, IV.

¹²⁸ Fr. António do Rosário, *Letrados Dominicanos em Portugal...*, nº 6, pp. 537-538.

¹²⁹ Marcelino Pereira, *Op. cit.*, p. 234, doc. 49.

Entre outros, podemos apontar no Convento de S. Domingos de Coimbra um razoável elenco de frades com graus académicos superiores ou de carácter universitário. As investigações realizadas até ao momento presente, permitem elaborar listas desses letrados. Entre os *bacharéis* mencionam-se por ordem alfabética: Frs. Dinis (1488-98), Diogo (1465-75), Domingos de Aveiro (1393), Fernando Madaíl (1477-88), Gonçalo de Montemor (1435-70), João de Coimbra (1507), João de Miranda (1435-70), Paio (1496), Pedro Correia (1427), Pedro de Coimbra (1460-69), Pedro de Lisboa (1498) e Rodrigo de Évora (1469-87). São poucas as notícias de licenciados, mas estes poderão entender-se como aqueles que a documentação refere serem «*doutores*», podendo mencionar-se os nomes de: Frs. Afonso [Almadinha ou Almadenim (?)] (1496-98), Afonso de Lorvão (1445-62), Afonso de Montemor (1418-27), Afonso de Salamanca (1492-98), Afonso de S. João (1481-82), Álvaro de Elvas (1482), Álvaro da Mota (Mestre e Prior Geral da Ordem (1408), e doutor: 1408-70), Aparício (1370), Domingos da Veiga (1394), Fernando (1375), Gonçalo Aranha (1469), João da Calçada (licenciado: 1477-91), João da Vitória (1469), João de Abreu (1399), João de Viseu I (?) (1368), João de Viseu (II?) (1422-27), João Vasques (1469), Luís de Coimbra (1457-75), Paio da Fonseca (mestre em Teologia: 1507), Pedro (1482), Pedro de Lisboa (1477), Pedro Faleiro (finais do séc. XV), Rodrigo Carvalho (1469) e Rodrigo de Tomar (1375). Encontramos notícia também de mestres noutras ciências (Fr. Pedro de Setúbal, mestre em Filosofia: 1375) e de bom número de jubilados, distinção esta mais honorífica do que académica ¹³⁰.

Na Ordem de S. Domingos cultivava-se também a música, particularmente a que servia aos ofícios divinos e corais, caso do cântico monódico e mesmo da música instrumental, sobretudo a de órgão. Em Coimbra pouco poderemos exemplificar neste domínio, à excepção do grande sino existente na torre da velha igreja. Conhece-se, no entanto, para cerca de 1430, a existência de um mestre organeiro, frade domínico, o qual construiu um ou mais órgãos na igreja de Santa Maria de Alcobaça, sinal claro de que a música de órgão era cultivada nas falanges dos Pregadores em pleno Quatrocentos ¹³¹.

¹³⁰ Listagem elaborada com base em: Maria Helena Coelho e J. J. Cunha Matos, *Op. cit.*, p. 10 e em Marcelino Pereira, *Op. cit.*, *passim*.

¹³¹ TT - *Most. de Alcobaça*, 2ª incorp., Mº 91, Doc. não numerado; Iria Gon-

A especialização das funções dos Frades Pregadores na área pastoral e cultural erudita (seguindo o lema da Ordem: *verbo et exemplo*) impunha um número considerável de criados conventuais que se ocupavam das tarefas manuais menos próprias para a vida do religioso dominicano que era essencialmente um profissional do estudo e da pastoral itinerante. Entre eles sobressaia, por exemplo, o cozinheiro conventual¹³², multiplicando-se também os serviçais e os «homens do» Mosteiro, ou seja, a sua criadagem¹³³.

É mais significativa a influência das Ordens Franciscana e Dominicana sobre as artes. Essa influência verificou-se de forma muito notória, em Coimbra, quer ao nível da arquitectura, quer ao nível de todas as demais artes. A renovação do campo devocional dos fiéis, antes apresentado, traduzia-se na encomenda e feitura de obras de arte portáteis com um largo apreço junto dos fiéis, qualquer que fosse a sua condição social.

Podemos verificar as influências da espiritualidade mendicante, por exemplo, na tumulária coimbrã medieval, tanto quanto na ornamentação de altares e retábulos. Temas religiosos como a Virgem com o Menino, a Crucifixão ou a Adoração da Sagrada Partícula - caso do relevo quatrocentista, hoje no Museu de Machado de Castro, mas oriundo da antiga Capela do Corpo de Deus ou de N^a Sr^a da Vitória - comprovam a notável interferência dos Frades itinerantes na consumação de novos instrumentos e veículos estético-espirituais por toda a Diocese coimbrã tardo-medieval¹³⁴.

çalves, *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos Séculos XIV e XV*, Lisboa, Universidade Nova, 1989, p. 333.

¹³² Em 30.07.1367, Domingos Eanes, cozinheiro dos frades de S. Domingos, renuncia ao empraçamento que trazia do Cabido da Sé de uma vinha e olival em Canelas, termo de Coimbra. (TT - *Sé de Coimbra*, 2^a incorp., M^o 5, Doc. 240). Em 21.10.1455, João Gonçalves intitula-se cozinheiro de S. Domingos de Coimbra. (TT - *Colegiada de Sr^a Justa de Coimbra*, 2^a incorp., M^o 12, Doc. 236).

¹³³ Em 18.07.1385, eram homnes do Mosteiro Marcos Martins e Gonçalo Vases. Em 25.06.1427, encontramos João Afonso, mancebo do Mosteiro; Fernando, sineiro e João Afonso, morador em Santa Justa, todos homens de serviço de S. Domingos de Coimbra. (Marcelino Pereira, *O Mosteiro de S. Domingos...*, p. 251, doc. 38 e p. 257, doc. 57).

¹³⁴ Sobre o tema veja-se: António Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal*. Vol. II. *Cidade de Coimbra*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Ar-

No domínio da pintura tardo-medieval programada por estas Ordens, nos limites da antiga Diocese medieval coimbrã, há que considerar o caso do magnífico programa decorativo em pintura mural da igreja de S. Francisco de Leiria, de finais do século XV e/ou de princípios de Quinhentos, cujo patrocínio, em parte, teve a intervenção de D. João Galvão, bispo conimbricense entre 1460 e 1481, falecido como arcebispo de Braga nomeado (†1485)¹³⁵. Este Prelado e outros senhores de Coimbra¹³⁶ foram efectivos mecenas na área diocesana, patrocinando e financiando significativas empreitadas artísticas na região mondeguinta de que muito beneficiaram Dominicanos e Franciscanos (estes viram mesmo ser-lhes fundado o novo Convento de St^a Cristina, em Tentúgal (1437))¹³⁷.

7. Um balanço final

O dinamismo e mesmo a precocidade revelada pela instalação de Dominicanos e de Franciscanos na Coimbra de inícios de Duzentos, contrasta com a estrutura estacionária da sua vida eclesial monástica nos séculos XIV e XV. Efectivamente, depois da fundação titubeante do Mosteiro de Santa Clara (1278...), Coimbra não receberá ne-

tes, 1947, *passim*; Idem, *O Tesouro de D. Isabel de Aragão, Rainha de Portugal*, Coimbra, Museu Nacional Machado de Castro, 1983; ; Pedro Dias, *Arte Portuguesa. Notas de Investigação*, Coimbra, Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras, 1988, *passim*; Francisco de Macedo, «O Infante D. Pedro patrono e mecenas», separata de *Biblos*, LXIX (1993), Coimbra; Mário Barroca, «Contributo para o estudo das epígrafes portuguesas do Museu Nacional Machado de Castro (séc. XI - XV)», *Portugalia*, Nova Série, Vol. XVI (1995), Porto, pp. 116, 189-191. É igualmente interessante verificar este problema na história de outros conventos do País, caso do de S. Francisco de Estremoz. Veja-se, por exemplo, Mário Alberto Nunes Costa, *Vasco Esteves de Gatuç e o seu túmulo trecentista em Estremoz*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1993, *passim*. Mas a bibliografia, neste campo, é já, entre nós, muito abundante...

¹³⁵ Fr. Manuel da Esperança, *Historia Serafica...*, I^a Parte, pp. 353-355; Saul Gomes, «Notícia sobre os frescos de S. Francisco de Leiria», *Lusitania Sacra*, 2^a Série, T. 8 (1996), Lisboa, pp. 573-598.

¹³⁶ Sobremodo o Infante D. Pedro (†1449). Veja-se de Pedro Dias, «Escultores e Pintores que trabalharam para o Infante D. Pedro, Duque de Coimbra», *Biblos*, LXIX (1993), pp. 491-505.

¹³⁷ Fr. Manuel da Esperança, *Hist. Serafica...*, II^a Parte, pp. 652-669.

nhuma outra fundação mendicante. Os Eremitas Agostinhos preferiram as cidades do sul para edificarem os seus Conventos, o mesmo acontecendo com os Freires da Ordem da Santíssima Trindade. Outras Ordens, como a dos Carmelitas, instalaram-se tardiamente no País e longe da cidade mondeguaína ¹³⁸. A renovação do corpo monástico português tardo-medieval parece, efectivamente, localizar-se sobretudo no Sul (Jerónimos, Eremitas da Serra de Ossa, reformas observantes dominicana e franciscana), à excepção dos Cónegos Lóios que se instalam em Vilar de Frades (Barcelos) debaixo do patrocínio da Casa de Bragança. Por seu turno, Franciscanos e Dominicanos vêem-se solicitados para a organização dos campos missionários ultramarinos, seja Insulares (Madeira e Açores), seja Norte-africanos (Ceuta) e, mais tarde, índico-brasileiros. O esforço de recrutamento de vocações na metrópole impunha o aparecimento dos claustros de formação religiosa na proximidade das grandes vilas e cidades portuárias ou, então, daquelas que se afirmavam como centros de algum cosmopolitismo de tendência europeizante, justamente aquelas que a Corte régia mais frequentava (Lisboa e Évora).

A fundação, debaixo da protecção do Duque de Coimbra, do Convento de Santa Cristina (Tentúgal), de Franciscanos, não alcançou a notabilidade e a expressão regional da velha casa menorítica coimbrã (1437). Em pleno século XV, também, Coimbra receberia uma nova Ordem de carácter eremítico-contemplativo, a de S. Jerónimo, recolhida no magnífico Convento de S. Marcos, debaixo da protecção da poderosa família dos Silvas (1451) ¹³⁹. Mas a sua posição na história da cidade pertencerá mais aos tempos modernos do que ao crepúsculo medieval.

Só no século XVI é que Coimbra conheceria uma nova fase de expansão da sua rede monástico-ecclesial, particularmente por acção dos Colégios para-universitários e da renovada vocação estudantil da

¹³⁸ Vd. A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Vol. IV. *Nova História de Portugal* (dir. A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão), Lisboa, Presença, 1987, pp. 379-387; Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal* (ed. preparada por Damião Peres), Vol. I, Porto, Portucalense Editora, 1967, pp. 321-344.

¹³⁹ Cândido dos Santos, *Os Jerónimos em Portugal. Das origens aos fins do século XVII*, Porto, INIC, 1980, pp. 20-21. Sob um ponto de vista artístico-icónográfico consulte-se Pedro Dias, *O Fydias peregrino. Nicolau Chanterene e a escultura europeia do Renascimento*, Coimbra, CENEL, 1996, pp. 115-117.

cidade. Os séculos modernos foram, na Coimbra eclesiástica, caracterizados pelo retorno e reflorescimento das velhas Ordens de raiz medieval (Benedictinos, Cistercienses, Mendicantes, Ordens Militares), quer pela integração de novos ramos apostólicos de que o mais evidente foi o da Sociedade de Jesus. Coimbra tornou-se, então, um verdadeiro mosaico eclesial da Nação.

Uma reflexão mais, a título final. Se é verdade que Dominicanos e Franciscanos de Coimbra comungaram situações e vivências cívicas, não deixa, por outro lado, de ser igualmente verdade que os modelos apostólicos praticados acabaram por se revelar contraditórios. À mais intensa penetração dominicana junto das oligarquias locais, catalizando a maior parte das atenções e das simpatias do médio e alto-clero coimbrão, curiosamente, não correspondeu um papel semelhante na estipulação de quadros referenciais espirituais de longa duração. Os cultos locais por «santos» ligados ao Convento de S. Domingos (S. Paio e/ou S. Gil) revela-se efémero e frágil.

Por contraste, os Franciscanos que afloram com dificuldade no seio das famílias poderosas da cidade, que se revelaram, nos seus começos, incapazes de coordenar e centralizar cultos tão importantes como o dos Mártires de Marrocos, de Santo António (patrocinados e controlados por Santa Cruz de Coimbra) e de Santa Clara (promovido pelos bispos diocesanos que erigem a primeira capela em honra desta Santa na Catedral pouco antes de 1268), acabarão por se revelar, nos séculos XIV e XV, sobretudo após a morte em odor de santidade da Rainha Isabel de Aragão, os verdadeiros promotores e beneficiários de um campo devocional inovador e especificamente vocacionado para catapultar a fé das multidões populares (v.g., Procissão dos Nús, devoção a Santa Isabel).

À força institucional dos Pregadores de S. Domingos, contrapõe-se a força informal e de ampla implantação junto das camadas populares dos Frades de S. Francisco de Assis. O século XV será, porventura, um tempo de reordenamento, subindo os Franciscanos à ribalta do poder dos palácios régio e ducal, ao lado dos Dominicanos, disputando-se entre ambos os ofícios de confessores e de conselheiros da estirpe real ligada a Coimbra.

O sentido da evolução histórica mendicante coimbrã em Quatrocentos foi, ao que podemos pressentir, essencialmente estacionário e vocacionado para a aristocracização. Não só ingressam nessas Ordens membros da nobreza portuguesa, de todos os seus níveis, co-

mo foi também dentro dos círculos de recrutamento nobiliárquicos e áulicos que saiu o fenómeno devocional religioso de maior impacto em toda a história do campo devocional português tardo-medieval, o culto da Rainha Santa Isabel. Culto afirmado desde cedo pela própria família real (o seu filho, D. Afonso IV, venerou-a), mantido vivo pela pena de hagiógrafos (lembre-se a *Lenda dos Milagres da Rainha Santa*, de autor anónimo mas muito provavelmente Franciscano, na peugada da *Legenda Áurea* de J. Voraigue, de tanto êxito no sector da piedade da *devotio moderna*) e, sobretudo, pela adesão popular, particularmente interessante ao nível das plebes urbanas e suburbanas. Este fenómeno afecta o domínio das relações inter-grupais da sociedade medieval, tanto quanto o campo dos equilíbrios sociais ao protagonizar a realeza como uma família símbolo de poder e de santidade, acima de todos os demais grupos sociais.

Não admira que, assim sendo, se tenham generalizado ao nível dos grupos sociais populares - tão importantes como matriz e alvo da pastoral mendicante - lendas, relatos de milagres e (neo)mitologias envolvendo Santa Isabel de Portugal e a cidade de Coimbra como uma espécie de «cidade santa» do Reino de Portugal no período tardo-medieval...

APÊNDICE DOCUMENTAL *

Doc. 1

1240, Fevereiro, Coimbra — *D. Tibúrcio, bispo eleito de Coimbra, e o Cabido da Sé escambam com os Frades Pregadores duas propriedades situadas nos subúrbios de Coimbra. Aqueles davam aos Dominicanos uma terra na freguesia de St^a Justa, junto da Figueira Velha, confrontando, entre outras partes, no Mosteiro dominicano e no seu «horto». Por seu turno, o Bispo e o Cabido recebiam uma terra situada também nas imediações da cidade.*

ANTT — *Sé de Coimbra*, 1^a incorporação, M^o 13, Doc. 4.

Obs.: Pergaminho original; conservação razoável; larg. 215 x alt. 105 e 100 mm; com um selo pendente com figuração de frade e dois ausentes.

Sciant omnes presentes licteras inspecturi. quod [N]os. T(iburcius). dei gratia Electus et Capitulum Colimbriensis. et fratres predi<ca>tores Colinbrie commorantes. facimus concambium de quibusdam hereditatibus. quas habemus in suburbio Colinbrie; in parrochia sancte juste. in loco qui vocatur ficulnea uetula. iuxta monasterium fratrum predicatorum. Termini hereditatis quam nos Electus Colinbriensis. cum Capitulo nostro damus ipsis fratribus predicatori-

* Principais normas seguidas na transcrição dos documentos:

1) Respeito pela ortografia do texto documental, desenvolvendo as abreviaturas sem assinalar os grafemas introduzidos. Unem-se elementos dispersos da mesma palavra e separam-se palavras unidas no texto usando, por vezes, o apóstrofe ' se foneticamente recomendável.

2) Colocação entre parênteses rectos [] de reconstituições ou de notas auxiliares.

3) Colocação de (?) a seguir a dúvidas de leitura.

4) Não alteração da pontuação do documento, posto que se tenha aberto parágrafos junto de *items* do próprio texto documental.

5) Colocação entre < > de letras ou palavras entrelinhadas ou escritas à margem do texto.

A publicação é feita procedendo à sumariação do documento (datações crónica e tópica seguidas de resumo conciso), bem como à exposição de alguns elementos descritivos materiais do documento e, se necessário, alguma observação crítica e diplomática.

bus; isti sunt. In Oriente; uia publica. In Occidente; Monasterium ipsorum fratrum predicatorum. In Affrico; uia publica. et domus Petri pelagij. et domus Marie nunis. In Aquilone; ortus ipsorum fratrum. Termini uero hereditatis quam nos fratres predicatorum damus predicto Electo; sunt isti. In Oriente; uia publica. In Occidente; Arenatum Colinbrie. In Affrico; uia publica. et hereditates que faciunt forum fratribus de Sepulcro. In Aquilone; uia publica. et hereditas filiorum laurentij fernandi. Ipsarum hereditatum concanbium facimus inter nos. bona et spontanea uoluntate. et concedimus quod alterictrj nostrum; habeant in perpetuum illam hereditatem quam in concanbium recipiunt. et quicquid sibi placuerit faciant de eadem. In super promittimus nobis ad inuicem supradictas hereditates defendere. Et si forte nos fratres predicatorum non defenderimus. uel defendere non potuerimus predictam hereditatem quam in concanbium concedimus; promittimus equiualem hereditatem. et in equiualem loco; et quantum fuerit meliorata assignare. Et ego Martinus gonsalui dictorum Electi et Capituli auctoritate no[t]arij; premissis interfui. et ea de consensu ictriusque partis scripsi. Et predictus Electus et Capitulum Colinbriensis sigillis suis. et fratres sigillo sui conuentus. hanc. cartam fecerunt communiri; eam per omnia approbantes. Actum Colinbrie. Mense february. Era. M^a. CC^a. LXX^a. Viiij^a. //

Doc. 2

1240, Junho, Coimbra — *Escambo que fazem D. Tibúrcio, bispo eleito de Coimbra, o Cabido e Pedro Gonçalves de uma herdade situada no lugar de Travação, no Vale de Coselhas, por outras propriedades que possuíam os Frades Menores dessa cidade junto ao Lagar de Travação, a saber, uma quarta parte de dois lagares e quatro quintos de uma almuinha e de um moinho.*

ANTT — *Sé de Coimbra*, 1^a incorporação, M^o 13, Doc. 9.

Obs.: Pergaminho bem conservado; larg. 20 x alt. 190 mm; com tiras de couro de quatro selos pendentes fragmentados e ausentes.

Sciant omnes presentes licteras inspecturi quod nos. T(iburtius). dei gratia Electus. et Capitulum. Colimbriensis. et Petrus gonsalui Cantor Visensis. Canonicus Colinbriensis. et fratres minores Colinbrie commorantes. facimus concanbium inter nos de quibusdam hereditatibus quas habemus in termino Colinbrie; in istis locis. scilicet una iacet in ualle de Coseljis in loco qui uocatur Trauaxu et altera circa pontem in Almunijs que diuidit cum Almunia sancti Christofori. Termini hereditatis quam nos Electus et Capitulum Colimbriensis. et P(etrus). gonsalui Cantor Visensis Canonicus Colinbriensis damus fratribus minorum; isti sunt. In Oriente; Terrenum Ecclesie sancti Christofori Colinbriensi. et in Occidente. et in Affrico; uia publica. In Aquilone; Almunia Pelagij pelagij. Et de ista hereditate quam nos damus fratribus; fiunt inde quinque

partes. et sunt inde due domini Electi. et alie due Capituli. et quinta pars . P(etri). gonsalui Cantoris Visensis. Termini hereditatis quam nos fratres minores damus domino Electo. et capitulo Colimbriensis. et P(etro). gonsalui Cantori Visensis Canonico Colinbriensis; sunt isti. In Oriente; Petrilius. In Occidente et in Affrico. et in Aquilone; via publica. Et isti sunt termini de lagare de Trauaxu. In Oriente; aqua de Molendino currente. In occidente; uia publica. In Aquilone; Molendinum. In Affrico; uia que fuit. Petri gomecij. Et de ista hereditate cum quarta de duobus lagaribus. et cum almunia. et cum molendino quam nos fratres minores in concanbium damus domino Electo et Capitulo Colinbriensis. et P(etro). gonsalui Cantori Visensi Canonico Colimbriensis; fiunt inde quinque partes. et sunt inde nostre .iiij^{or}. partes ¹ et quinta pars est predicti . P(etri). gonsalui Cantoris Visensis. Et nos fratres minores damus predictis domino Electo. et Capitulo. et. P(etro). gonsalui Cantori Visensi illas nostras .iiij^{or}. partes de ipsa hereditate de Trauaxu cum omnibus pertinentijs suis in cambio pro illa hereditate quam dant nobis ultra pontem in Cambio que diuidit cum almunia sancti Christofori. Ipsarum hereditatum concanbium facimus inter nos bona et spontanea uoluntate. et concedimus quod alterictri nostrum habeant in perpetuum illam hereditatem quam in concanbium recipiunt. et quicquid sibi placuerit; faciant de eadem. In super promictimus nobis ad inuicem supradictas hereditates defendere. Actum Colinbrie. Mense Junij. Era. M^a. CC^a. LXX^a. Viiij^a. Ego Martinus gonsalui auctoritate dictorum Electi et Capituli publicus notarius premissis interfui. et de consensu utriusque partis; scripsi inde tres cartas consimiles sigillis domini Electi. et Capituli. et P(etri). gonsalui Cantoris Visensis Canonicis Colinbriensis et fratrum minorum sigillatas. quarum unam tenent dominus Electus et Capitulum Colimbriensis. et aliam tenet. P(etrus). gonsalui Cantor Visensis Canonico Colinbriensis. et alteram tenent fratres minores. et sigillum fratrum minorum est sigillum custodis.

Doc. 3

1249, Abril, 17, Coimbra — *Quitação passada por Fr. Estêvão Zamorense, O. F. M., delegado do Núncio na Hispania Fr. Miguel de Tutela, sobre 68 marcas de prata recolhidas do Chantre e de Martinho Gonçalves, cónegos de Coimbra.*

ANTT — *Sé de Coimbra*, 1^a incorporação, M^o 14, Doc. 28.

Obs.: Pergaminho original em bom estado; larg. 120 x 60 mm; com tira do selo pendente ausente; usa o «X» aspadado.

Nouerint Vniuersi presentes licteras inspecturi. quod Ego frater Stephanus zamorensis de ordine fratrum minorum de mandato fratris Michaelis de Tutela

¹ Subpontou: «de ipsa hereditate de».

ordinis minorum dominj pape nuncij in yspania recepi a domino Cantores et ab Martino gonsaluj Canonico Colimbriensi LXVIII marcas argenti contigentis Canonicos et prelatos diocesis Colimbriensis nomine ecclesie Romane de centum marcis quas petiuit frater Michael ex parte dominj pape Episcopo et Capitulo et platis Episcopatus Colimbriensis quam recepi illas cum fratre Valasco socio nostro de ordine minorum. In cujus rei testimonio presentes licteras sigilli mei duxi munimine roborandas. Datum Colimbrie. X.Vº. Kalendas. Maij. Anno ab incarnatione dominj. Mº. CCº. X'. IXº. //

Doc. 4

1263, Coimbra — *D. João, Prior-mor e o Convento de Santa Cruz de Coimbra confirmam à Infanta D. Constança Sanches, a instituição que fez da Capela de Srº António na igreja monástica, em cujo altar se celebraria missa quotidiana de Srº Maria, ou do Espírito Santo ou de qualquer outro ofício do temporal. Depois da morte da Instituidora, essa missa seria celebrada por sua alma.*

ANTT — Gavetas, 16, Mº 2, Doc. 8.

Obs.: Original em pergaminho em bom estado; larg. 370 x alt. 145 mm; de dois selos pendentes mantém um.

B — ANTT - *Místicos*, Livro 6, fl. 23vº.

Nouerint Vniuersi presentes licteras inspecturi quod nos Johanes Prior et Conuentus Monasterij Sancte Crucis Colimbriensis Ciuitatis. Domine Constan-
cie sancij filie illustris Regis Port(ugaliae) domnj Sancij nostre benefice et
patrone propter bona que fecit nobis et plurima que factura est; obligamus nos et
nostros etiam successores et promictimus fideliter obseruare quod in uita sua nos
celebrimus. uel celebrari faciemus cotidie per aliquem de nostris canonicis in
altarj beatj Antonij quod ipsa construj fecit missam de beata uirgine uel de spiritu
sancto. uel de tempore secumdum quod sue placuerit uoluntatj. Et eadem
promissione Nos eidem similiter obligamus quod omnino post mortem suam;
missa de mortuis pro ea in altarj eodem qualibet die in perpetuum celebretur. Et
ut hoc in dubium non ueniat et statutum hoc robur obtineat firmitatis damus ej
istas nostras licteras patentes sigillorum nostrorum. scilicet. Prioris et Conuentus
munimine roboratas. Actum fuit hoc apud Monasterium Sancte Crucis. Sub. Era.
Mª. CCCª jª. //

Doc. 5

1290, Guarda (no Capítulo Provincial) — *Fr. Pedro Vasques, provincial dos Frades Menores na Província de Santiago, envia missiva a D. Vataça, comunicando-lhe que será recebida aos benefícios espirituais da irmandade espiritual que os Franciscanos congregavam de Deus pelas suas orações e obras de piedade.*

ANTT — *Sé de Coimbra*, 1ª incorporação, Mº 19, Doc. 36.

Obs.: Pergaminho em estado de conservação razoável; 130 x 105 mm; com selo pendente por nastro.

Dilecte in Christo domne Vataçe. ffrater Petrus velasci ffratrum Minorum in prouincia sanctj Jacobj. minister et seruus Salutem et pacem in domino sempiternam. deuotioni quam uos ad ordinem nostrum habere pia ffratrum relatione cognouj affectu sincere caritatis acceptans. ac eidem deuotionj uicissitudinem reprehendere cupiens salutem uos ad uniuersa et singula ffratrum nostrorum suffragia tam in uita quam in morte recipio plenam uobis bonorum omnium participationi concedens que per ffratres nostros operetj dignabitur clementia saluatoris. datum Gardie in Capitulo prouincialj. Anno domini. Mº. CCº. L XXXXº. //

Doc. 6

1290, Dezembro, 6 (dia de S. Nicolau Confessor), Coimbra — *Carta solene de irmandade concedida por Fr. Pedro Vasques, Ministro dos Frades Menores da Província de Santiago, a D. Vataça, pela qual esta passava a usufruir de todos os benefícios espirituais ganhos pelos Franciscanos, bem como se lhe garantia sepultura solene num dos conventos portugueses da Ordem.*

ANTT — *Sé de Coimbra*, 1ª incorporação, Mº 19, Doc. 37.

Obs.: Pergaminho original bem conservado; larg. 238 x alt. 155 mm; c/ selo pendente por nastro.

Jllustrissime Ac Venerabilj Domine Domne Vatace, ffrater Petrus uelasci ffratrum Minorum in Prouincia Sanctj Jacobj Minister et seruus, salutem et pacem in domino sempiternam. Deuotionem quam ad Ordinem nostrum geritis ob dei reuerentiam ut accepi, affectu sincere caritatis acceptans Christoque non immerito acceptabile fore credens, pijs ipsam beneficiorum spiritualium uicissitudinibus compensari. Vos ad uniuersa et singula nostre Religionis suffragia tam in uita recipio quam in morte plenam uobis bonorum omnium participacionem tenore presentium concedendo, que pro ffratres nostros operarj dignabitur clementia saluatoris. Adiciens nihilominus uobis de gratia specialj ut cum de presentj miseria ad eternam requiem uos uocare dignabitur dispensatio

redemptoris si circa ultimum uite uestre ex deuotione habitum nostre Religionis decreueritis exigere uel in aliquo loco ffratrum nostrorum in toto Regno Portugalie eligere sepulturam mando Custodibus et Guárdianis uel eorum Vicarijs Ceterisque ffratribus eorundem Conuentuum ut et prefatum habitum uobis dare auctoritate presentium teneantur, et cum decesseritis, iuxta quod Nobilitatem uestram condecet. vos in loco ffratrum honorifice seppelire. Presens uero litera sit uobis in testimonium gratie supradicte. Datum Colimbrie in festo Beatj Nicholaj Episcopj et confessoris. Anno Dominj. M^o. CC^o. Lxxx^o. //

Doc. 7

1299, Janeiro, 9, Coimbra — *Publicação do testamento do Cônego da Sé de Coimbra, Vasco Domingues, elaborado em 29 de Dezembro de 1298, em cujo preâmbulo se identifica como primo direito («coirmão») de Santo António. Neste testamento são nomeados, também, os altares de Santo António em Belmonte e em Murtede.*

ANTT — *Sé de Coimbra*, 2^a Incorp., M^o 8, Doc. 375.

JN nomine dominj amen. Sabham quantos este estrumento uirem. Que em presença de mjm Miguéél ayras publico Tabelliom da Cidade de Coymbra. e das testemunhas adeante scriptas; em Cabidóo da Séé de Coymbra. perdante os honrrados barões e saies Maestre Raymundo Dayam. e perdante esse Cabidóo; o honrrado barom dom Domingos nuniz Cónigo da dicta Séé de Coymbra. Domingos steuééz clerigo. e Thareyia dominguez irmã de dom Váasco Cónigo que foy da dicta Séé de Coymbra e testamenteyros desse dom váasco; presentarom huum testamento do dicto don Váasco. O qual era sarrado e séelado em dous logares do séelo do dauandicto dom Vaasco. O qual presentado; esse Dayam o abriu e deu o a mjm dicto Tabelliom; que o léésse; Entom eu dicto Tabelliom lij. e publiquey esse testamento de ueruo a ueruo. Entom publicado e leudo; os dauandictos Dayam e Cabidóo pedirom ende o trallado so meu signal. O teor do dicto testamento; a tal e.

¶ En nome de deus amen.

Eu Váasco dominguez Cónigo da Séé de Coymbra temo o dia de mha morte. e nom sey o dia nen a hora. e cum mha fala e cum meu entendimento cumprido; faço meu testamento por mha alma en aquesta maneyra,

Pri[m]eyramente mando a mha alma a deus que mha receba a seu seruioço. e mha leue á sa gloria de parayso. e rogo Sant antonio meu cuirmão que por sa bondade rogue a béenta uirgem sancta Maria madre de ihesu Christo e todos os outros sanctos e sanctas de parayso que mha presentem ante a façe de deus. e que ele mha receba a seu seruioço amen.

Item ma[n]do meu corpo á Séé de Coymbra. e mando que me soterrem en a claustra en o meu muymento. e mando hy cum meu corpo .x. libras e mando que

as partam antre sy os cóónigos e os Raçoeyros que forem em mha sepultura. e os que forem doentes e sangrados en a vila que nom poderem hy uiirr. assy como e costume da Séé.

Item mando ao Cabido .x. libras pera pitaça.

Item mando ao Cabidóo. por meu tricesimo o meu leyto en que me leuaram áá Egreia cum huã. coçodra. [sic] huã almocela. dous chumaços. dous lençoes. huum faceyróo. e huã colcha branca que tem as cintas do cirgo uermelho. E se pela uentuyra per esta liteyra nom forem compridas as .xxx^o. libras pera o tricesimo; mando que as conpram os meus testamenteyros do meu Auer;

e que sayam cada dia sobre mha sepultura per triinta dias assy como e costume.

Item mando ao Cabidóo de Coymbra por meu Aniuersayro a mha quintãa de Maceeyra a qual ej eu en termho de Leyreã cum todas sas pertéenças e cum todas sas entradas e cum todos seus exímtos assy como a eu sempre ouuj e posij [sic] en dias de mha uida so tal condiçom que Thareyia dominguez mha irmaa filha de meu padre e de mha madre tenha essa dauandicta quintaa cum todas sas pertenças e cum todos seus herdamentos en dias de ssa uida tanto. e de ende en cada huum Ano ao dicto Cabidóo de Coymbra por meu Aniuersayro .x. libras [E] morta Tareyia dominguez. A dauandicta quintãa fique a seu filho Rodrig afonso con a penson de susodicta. Morto Rodrig afonso; a dauandicta quintãa fique liuremente cum todas sas pertéenças e cum todas sas benefeytorias sen nehuã contenda. e sen nehuum enbargo ao dauandicto Cabidóo. e mando que os dauandictos Tareyia dominguez e seu filho Rodrig afonso; nom possam uender a dauandicta quintãa. nem enprazar. nem nenhuã máá paraça fazer dela ao dicto cabidóo.

Item mando que os dinheyros deste Aniuersario que os nom dem senom aqueles que forem en dia do meu Aniuersario sobre mha sepultura. e aqueles que forem doentes en a vila ou sangrados que nom possam hy uiyr,

Item mando tirar da dauandicta quintáa duas leytras que hy iazem. a huã iaz en o Soueral. e a outra. iaz en a carreyra que uay pera a vila. As quaes leytras mando aos netos de meu irmão Roy dominguez e que as aiam e as possuyam en dias de ssa uida. e sse ouuerem filhos ou filhas a ssa morte; fique lhys as dauandictas leytras. e sse nom ouuerem filhos ou filhas; mando que as dauandictas leytras fiquem liuremente ao Cabidóo de Coymbra polas almas de meu irmão e de seu padre E mando e outorgo firmemente que des que a dauandicta quintáa for en poder do Cabidoo. que o Cabidoo nom seia poderoso de a enprazar. nem de a dar a pessõa. nem a cóónigo. nem a rraçoeyro. nem a outra [sic] homem que seia. senom ááquel ou aqueles que por ela mays derem. e que a parem bem. e que contenha en bóo estado. e aquesto sera en bõa fe. e segundo deus e sas almas. e assy o leyxto sobreles. E mando que aquele que ouuer de receber os dinheyros do Aniuersario; ueia todo o logar e as matas que nom. perescam. e sse açhar o logar mal parado; mando que aquel que teuer o logar que o constrenga que o pare bem. en tal maneyra que senpre o logar seia en bóo estado. E mando que aquesto que

eu leyxo polos Aniuersarios; que o faça ó Cabidóo screuer en o seu liuro dos aniuersarios que eu que o leyxo por meu Aniuersario e de meu padre e de mha madre.

Item mando aos Bachaleres aqueles que forem per xxx. dias sobre mhã sepultura cum procison .v. libras.

Item mando les pera pitaça .ij. libras. e que mj cantem huã missa de requiem por mha alma en outro dia de mha sepultura.

Item mando pera dia de mha sepultura pera cera. pera tanger os sinos. pera pam. pera vinho. pera os pobres e pera oferta da missa cum que me soterrem. e pera as outras cousas que fezerem mester .xv. libras.

Item ma[n]do pera meu sabado dous quarteiros de trigo; e iiij. libras. pera pescado.

Item mando por me ofertarem per huum ano cada dia .ij. dinheyros. por huum pam. e huum .dinheyro. pera vinho. e huum .dinheyro. pera candeia. e pera oferta .j. dinheyro. Soma .vij. libras e meia.

Item mando pera as missas dos .xxx^a. dias huum moyo de trigo. e pera porcos .iiij. libras. ou pera pescado se for en quaréésma. E mando que des que eu passar que mhã irmáá Tareyia dominguez que comigo e seia en as casas. e de aqueles que comigo forem a mha morte per .vij. dias a comer e a beuer assy com ela com nos outros meus testamenteyros uirem por bem.

Item mando á Martim dominguez meu Abade .j. libra.

Item mando a cada huã das cluzes da vila que adusserem a mha sepultura .v. soldos.

Item mando ao Moesteyro de sancta Crux .x. libras pera pitaça.

Item mando aos frades meores .iiij. libras e meia. pera pitaça.

Item aos frades pregadores .iiij. libras pera pitaça.

Item áás donas de sancta Clara pera pitaça .j. libra.

Item áás donas das celas da ponte .j. libra. pera pitaça.

Item aos frades de san Jorge .j. libra pera pitaça.

Item áá[s] donas das celas de Guimarães .j. libra pera pitaça.

Item aos frades de San palos .j. libra pera pitaça.

Item aos frades e aos clerigos de Leyreã .v. libras pera pitaça e que mj cantem huã missa de requiem por mha alma.

Item mando les por meu Aniuersario a mha casa que ej en Leyrea que sse contem com nas casas que forom de Reymom pedriz. por meu Aniuersario e que mho façam en cada huum Ano. e sayam sobre lo muymento de mha madre.

Item mando les á outra casa que me tem cum essa menesma [sic] casa por aniuersario de mha madre e de johane meu irmão en cada huum ano por senpre.

E mando ao Moesteyro d alcobaça .xij. libras pera pitaça. e que me aiam encomendado en sas orações.

Item áás donas de Coz .v. libras pera pitaça por mhã alma. e de meu padre e de mhã madre. e de mha cuyrmãa Maria mendez. e j. quarteiro. de trigo.

Item mando aos frades meores de Leyreã .ij. libras. pera pitaça.

Item ao Moesteyro de Seyça .v. libras. pera pitaça.

Item mando a Egreja de san Martinho de Leyreã a mha escudela da prata. e mha taça da prata e outra prata que séé cum elas pera hum calez. e que o façam fazer a mha custa. e façam no sagrar; E den o a Egreja de san Martinho que cantem cum ele por mha alma em essa Egreja.

Item mando a joham martijnz meu sobrinho. e a Tareyia dominguez mha irmãa sa molher a mha vinha de Cyrol a qual eu ej en termho de Leyreã e a cuba grande e a thina.

Item a Steuam dominguez meu sobrinho .v. libras.

Item hum quartoiro de trigo.

Item mando aos filhos da Galiba senhas .libras.

Item aos filhos de Martim dominguez meu irmãao a cada hum .iiij. libras. e a ssa madre .ij. libras.

Item mando a dona Exemeã mha conlaça .vjj^c. couedos d arrayz. e j. quartoiro. de trigo.

Item mando a Váasco meu sobrinho .v. libras.

Item a bertolameu. iij. libras.

Item mando a Domingos steuées meu clerigo e meu criado os meus panos do cendal. e a saya. e as calças. e a mha sobrepeliza melhor e o meu colheytaño pequeno. e rogo que mj seja boo en meu testamento. e que sse nembre da criança que lhe eu fiz.

Item mando á Margarida mha sobrinha a mha garnacha.

Item mando á Tareyia dominguez filha de meu padre e de mha madre. hum quartoiro de trigo. e .ij. quartoiros de milho. e o meu vaso de prata chão. e que o aia en dias de ssa vida e beua per ele. e a ssa morte faça dele prol de mha alma e da sua. e nom no possa uender nem dōar. nem fazer dele máa parança. e sse ende al fezer; aia a mha maldiçom e de seu padre e de ssa madre e deus lho busque amen.

Item mando .x. soldos. per adubar a egreja de Maçeyra.

Item a ssam páayo do Andahynho .v. soldos.

Item a sancta Maria da Gayola .v. soldos.

Item mando .iij. libras pera azeyte pera alumear a lanpada ant o altar de sant antoniō de belmonte. e hum manto branco sagrado pera o altar de sancta Maria..

Item mando a san Martinho de Mortedj .vj. alqueires d azeyte pera alumear a lanpada dant o altar de sant antonio.

Item mando áá Séé de Coymbra duas aluas boas pera o altar mayor. e a melhor alua seia pera a missa de sancta Maria. e dous Amitos. e dous manipolos. e duas estolas. e duas cintas; polas almas daqueles cuias foram.

Item hum missal pequeno pera contijmento duã capela; pola alma do bispo cuio foy.

Item mando á Séé de Coymbra huã arca de uerga pola alma de .Pero. pãaez e huã vcha pequena pregada pera teer as cartas de Pedro pãaez; e en que tenham os dinheyros pera a capela.

Item mando .v. libras. pera missas cantar pola alma de Domingos de bouças.

Item mando .iiij. libras. per missas cantar pola alma de Pedro dominguez meu irmão.

Item mando .ij. libras. pera missas cantar pola alma de Tareyia pãaez mha ama.

Item mando huã .libra. pera missas cantar d eluira uouga. E mando que ponham huã canpãa de pedra sobre meu Amo Pedro mendiz e Maria dominguez.

Item mando a Rodrig afonso .x. libras. e huum móyo de pam. E sse pela uentuyra quiser enbargar este meu testamento sobre feyto das mhas casas de Leyreã. e sobrela vinha de Cyrol; mando que lhy dem .vij. libras. ca tanto dej a seus cunhados. e sse esto nom quiser e mj quiser enbargar; mando que lhy nom dem as .x. libras que lhys mando; nem a Quintaa de Maceeyra assy como de suso é scripto. e tanto que ssa madre passar; logo a o dicto Cabidóó filhe pera sy sem nehuum embargo e sem nehuã contenda.

Item mando á mha irmãa Tareyia dominguez que e comigo o meu leyto de Maçeyra. e a cuba e arca que ala see. e mando lhy o almadraque cardeõ. e duas almocelas. huã que ela tem; e outra da arca a melhor. e tres chumaços. e dous lençooes e a colcha branca. e alcaydeyra mayor.

Item mando á obra da Séé de Coymbra .iiij. libras. E mando que sse alguum ou alguuns de mha parte quiserem enbargar este meu testamento; que lhys nom dem nada do meu que lhes eu mando en aqueste testamento, e aiam a maldiçom de deus e a miã amen. E rogo meus senhores e meus amigos o Dayam e o cabidoo de Coymbra que tenham os meus testamenteyros a meu derecto. e os defendam que lhes nom faça nenguu[ã] força. e que lhe parem bem os meus derectos os quaes eu ej d auer da Séé de Coymbra per huum anno despos mha morte assy como eu deles confio.

Item mando a Domingos steuez meu clerigo e meu cliado o leyto en que iaz cum sa liteyra.

Item mando a Maria dominguez irmaa que foy de Martinho dominguez beyçudo .viiij. alqueires de pam.

Item mando a Steuaynha filha que foy de ffrey daniel viij. alqueires de pam.

Item mando a Domingas bertolameu molher de Bordalo .viiij. alqueires de pam.

Item mando a Margarida mha sobrinha irmãa de esteuam dominguez huã teeyga de pam.

Item mando a lourenço rodriguez huum quartoiro de pam.

Item mando a Mamede perez priol de Ventosa .ij. libras. e huum .quartoiro. de trigo.

Item mando a Pedro azamel .xxx. soldos.

Item a afonso dominguez .xxx. soldos.

Item a Steuam iohanes .vj. couedos de Valencina pera cerame.

Item a Maria dominguez de Leyreã mha sobrinha huum quartoiro de pam.

Item mando á Tharayia dominguez de Barroco o bacio e a pele que mj deu.

Item ma[n]do lhy a mha arca en que tem a ssa lityra.

¶ Eu Vaasco dominguez de susodicto cum meu sen e com meu entendimento co[m]prido. faço. ordinho. e estabeleasco meus testamenteyros e meus heréés todos ensinbra e cada huum per sy. dom Domingos rodríguez coonigo de Coymbra meu Amigo special do corpo e da alma. e Tarayia dominguez mha irmáá filha de meu padre e de mha madre. e Domingos steuãez meu clerigo e meu criado; que tenham este meu testamento e que o paguem e o persoluam de todos os meus bees que eu ej e deuo a auer assy mouis come de rrayz assy como de suso é scripto e assy como eu deles confio. E dou lhes todo meu conprido poder que eles recebam de todos os meus beens que eu ej e deuo auer assy da cologiã da Séé de Coymbra a qual ej d auer cumpridamente per huum ano despos mha morte. tome dos béés da Egreia de Mortedj que deuo a auer despos mha morte segundo o costume do Bispado de Coymbra. come do auer mouil que eu ej en mha casa. saluo aquelas cousas de susodictas que mando dar assy como de suso e conteudo e ordinado em este meu testamento.

Item dou lhes todo meu poder cumprido a todos ensinbra e cada huum per sy que uendam as mhas casas que eu ej en Leyreã com no sotão e cum sa quintaa e o Moynho pera pagar este meu testamento; e as mhas devidas. E mando que tirem do dauandicto moynho o quinhom que foy de joam fernandiz. e uenda no e dem ende os dinheyros pera missas cantar por sa alma. E despoys que todos os meus bees assy moues e de rrayz receberem a ssas maos; mando que paguem este meu testamento Assy como de suso e escripto. e assy como eles uirem por prol de mha alma. e como eu deles confio e como deus destrenga que faça por eles.

Item mando e outorgo que despoys que este meu testamento for pagado. e as devidas forem pagadas; que o al que ficar hy do meu auer; que façam ende duas partes. e dem ende a meyadade pera uestir probes; e a outra meyadade dem pera missas cantar por mha alma.

Item mando e outorgo que os meus testamenteyros nom seiam teudos pagar deste meu testamento nem das mhas devidas. senom quanto auondarem os meus beens que eles receberem.

Item mando e outorgo que os meus testamenteyros nom seiam teudos a pagar cousa ao mundo que seia do testamento nem das devidas de Pedro pãaez. ca nom lhy soo ² teudo en nehuã cousa do mundo.

E mando a dom Domingos roriguez por seu trabalho o meu uaso de prata laurado.

E mando a Domingos steueez meu clerigo e meu criado por seu trabalho .j. marco de prata.

E mando que Tareyia dominguez nom filhe nada do meu; senom aquelo que lhe eu mando en meu testamento.

² Riscou: «nom».

¶ E eu Vaasco dominguez de susodicto ej por firme e por estauel este meu testamento. e mando que ualha per qual [sic] maneyra que mays poder ualer. E por seer mays firme e mays estauel; fiz o seelar deste meu seelo que tal e.

Item mando e outorgo que se alguum dos meus testamenteyros falecer per morte ou nom for na terra; que os dous que ficarem desembarguem este meu testamento. e se os dous falecerem; o prostomeyro que ficar; mando que o desembargue assy cumo de suso é scripto.

¶ Estas son deuidas as quaes eu Vaasco dominguez de susodicto deuo a pagar.

Primeyramente deuo a joam martijns meu sobrinho .xx. libras. da azemela. e e ia pagado de todo o al que lh eu deuia.

Item deuo ao C[on]celho de Leyreã .vij. libras. que as metam en prol do concelho polas almas daqueles cuias foram.

Item a san Cosmado de Gondomar .ij. libras. pola alma de mhã auóó dona Tareyia de manda de meu padre.

Item ao Mosteyro de Mancelos .ij. libras. pola alma dessa dona tareyia.

Item a Domingas que morou cum .Pedro. fernandez .ij. libras.

Item a Domingas de mortedij .iij. libras. e meia.

Item a Mariã nozes de soldada .xij. soldos.

E mando que sse alguum ou alguuns ueerem que digam que lhes alguã ren deuo; que uenham a meus testamenteyros ou a cada hum deles e faça iuramento do que lhes deuo; e pague nos.

E mando e outorgo que Domingos. steueez meu testamenteyro de susodicto de recado e conto a dom Domingos .rodriguez. e a Tareyia dominguez meus testamenteyros de susodictos; de todas aquelas cousas que recebeu e despendeu des dia de san denis aca.

E este meu testamento foy leudo e sarrado en dia de san Tomas de conturbe perante dom Domingos .rodriguez. e perante Domingos steuééz. e perdante domna Tareyia mha irmaa meus testamenteyros. e perante Mamede perez priol de Ventosa que o escreueo; en a .Era. de mill. e trezentos. e trinta e sex.

E eu dauandicto tabellio; a rrogo dos dauandictos Dayam e cabidoo. e de autoridade e mandado dos honrrados barões dom .Pedro. martiz. chantre. e dom joam perez Maestre scola vigayros do honrrado padre e senhor dom Pedro pela graça de deus Bispo de Coymbra; o dicto testamento en publica forma tornej; e este estrumento ende feyto; cum mha mão propria escreuj. e meu sig [sinal] nal em ele pusi; en testemuynho das dictas cousas.

Aquesto foy feyto en o dicto Cabidoo da Séé de Coymbra. noue dias andados do mes de janeyro; da .Era. de mill .trezentos e trijnta. e sete anos. Que presentes foram; martim steueez. pedro. bolsser raçoeyros da dicta Séé de Coymbra. Mamede perez Rector da Egreja de Ventosa; e outros muytos testemunhas. //

Doc. 8

[1365]³, Coimbra — Fr. Fernando Rodrigues, Provincial da Ordem dos Pregadores na Hispania, em Capítulo Provincial celebrado em Coimbra, concede a Geraldo Peres, cónego da Sé coimbrã e prior de S. Miguel de Aveiro, carta de irmandade espiritual na Ordem, considerando-o participante de todas as missas, jejuns, orações e benefícios espirituais proporcionados pela comunidade dominicana.

AUC — Cofre: Caixa de Pergaminhos (não numerado).

Obs.: Documento original; larg. 292 x alt. 170 mm; inicial maiúscula «R» rúbea e ornamentada; regrado; com plica e cordão de nastro vermelho e amarelo do selo pendente ausente; mau estado de conservação. No verso, em letra gótica coeva: «nihil» e, em letra setecentista: «Carta de irmandade que deram os Religiozos de S. Domingos ao Conego giraldo pirez».

Religioso viro et in Christo dilecto Gerardo Petri priori ecclesie sancti Michaelis de Aaveiro et canonico ecclesie Colimbrie. [Frater] Fernandus Roderici fratrum ordinis predicatorum in prouincia Hyspanie prior provincialis et servus. Salutem et pauperum amicorum sufragiis Regnum acquirere senpiternum ut fratres ordinis nostri quosque audiui sincera in Domino diligitis caritate vice dilectionis mutue vos apud dominum tam in vita quam post mortem vestris supplicationibus prosequantur. vestre devotionis meritis ac beneficiis ipsis fratribus collatis et conferendis [abitus religionis concessit] ut omnium missarum predicationum ieiuniorum abstinentiarum vigillarum laborum ceterorumque bonorum que per fratres ac sorores Dominus Ihesus Christus per Hispaniam fieri dederit universsa participacionem concedo tenore presentium specialem. ut multiplici sufragiorum presidio et hic teneatur augmentum gratie consequere et in futuro mereamini eterne vite bravium possidere. Presentis concessionis testimonium sigillum nostrum duximus presentibus apponendum.

Datum Colimbrie, in nostro Capitullo provinciali. Ano Domini Millesimo [CCC.^{mo} lxx^o].

a) prior salrus (?) vidit. //

³ Este documento, devido ao mau estado de conservação, não permite uma leitura imediata da respectiva data. Vê-se claramente o milésimo, por extenso, mas não o restante numeral. Reconstitui-se, com auxílio de «luz negra» as centenas («CCC.^{mo}») e o «l», mas não as dezenas e unidades. Temos, por isso, de recorrer à crítica interna. Os elencos conhecidos de priores provinciais dominicanos hispânicos referem um Fr. Fernando Rodrigues, provincial em 1378. Antes deste menciona-se o nome de Fr. Fernando Exoito de Fraximino (1360), que é pessoa diferente. (Fr. Justo Cuervo, *Historiadores del Convento de San Esteban de Salamanca*,

Doc. 9

1409, Junho, 1, Coimbra - 1410, Dezembro, 21, Coimbra — *Ordenações de Frades mendicantes por D. Gil Alma, bispo de Coimbra.*

ANTT — *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 100, Doc. 4831, caderno com 24 fólhos.

[Fl. 3]

[1409.06.01]

Item frater Martinus ordinis fratrum mñorum Conuentus Colinbriensis. filius Vincencij Martinj tabelionis et eius vxoris helisabeth fernandi habitantium in parrochia ecclesie sancte Juste Colinbriensis. promotus per suum guardianum ad primam clericalem tonsuram et ad omnes alios minores ordines.

Item frater Egidius. ordinis et conuentus predicatorum filius Valasci Johannis. et eius vxoris Margarite Johannis habitantium in Auão Colinbrien. diocesis promotus per suum guardianum., ad primam clericalem tonsuram et ad omnes alios mñores ordines fuit promotus.

Item frater Alfonsus predicatorum ordinis et Conuentus filius heustachij dominici et eius vxoris Senorine laurencij habitantium in leyrena dicte diocesis Colimbriensis, promotus per dictum guardianum ad primam clericalem tonsuram et ad alios mñores ordines fuit promotus.

Salamanca, Imprenta Catolica Salmanticense, 1916, T. 3, pp. 1049-1050). Por amável indicação de Fr. Ramón Hernández, que nos foi transmitida através do Fr. Raul Rolo — ao qual prestamos aqui o nosso sincero agradecimento —, num manuscrito salmanticense de Esteban de Mora, *Historia del Convento de Salamanca*, tomo 1, Fr. Fernando Rodrigues iniciou o seu provincialato em 1363, sucedendo a Fr. Nicolau de Valladolid (p. 991). Em 1372 continuava sendo provincial (p. 1029). Mais importante, ainda, é a indicação que aquele Cronista dominicano escreveu de, em 1365, se ter realizado um Capítulo Provincial na Hispânia em cidade desconhecida (p. 992). O documento que revelamos poderá colmatar essa falha de informação. De facto, considerando todos estes dados, parece-nos poder olhar, de novo, para o numeral da datação do nosso documento. A seguir ao «l», com valor de cinquenta, poderemos descortinar os vestígios de um «x» e de um «vº» ou «uº». O Capítulo Provincial de 1365 será, assim sendo, o de Coimbra. De qualquer modo, não deixamos de referenciar a necessária prudência na análise deste importante facto histórico que reputamos ter sucedido na cidade do Mondego. A biografia histórica do Cónego Geraldo Peres, falecido por 1400, foi recentemente reconstituída por Maria do Rosário Morujão, «Geraldo Peres, Cónego da Sé de Coimbra no Século XIV», *Revista Portuguesa de História*. Tomo XXXI. *Homenagem ao Doutor Salvador Dias Arnaut*, Vol. I, Coimbra, 1996, pp. 393-430.

Item frater Petrus de Miranda dicti ordinis mjunorum predicti conuentus. filius Gunsaluij Stephanj et eius vxoris Marie ludouici habitantium in Miranda. dicte diocesis promotus. per suum gardianum. ad primam clericalem tonsuram et ad omnes alios mjnores ordines fuit promotus.

[...]

[Fl. 7]

Item frater Johanes de Tomerio ordinis fratrum mjunorum Conuentus Colinbrie filius Egidij Martinj cerdonis et eius vxoris dominice Johannis habitantium in dicto loco de Tomerio Vlixbonensis diocesis ad omnes mjnores ordines iam promotus. fuit ad subdiaconatus ordinem promotus.

[...]

Item frater ludouicus de Almedina filius Martinj Valasci et eius vxoris Agnetis Alfonsi habitantium in Ciuitate Colimbriensis. ad omnes mjnores ordines iam promotus. presentatus per guardianum suum videlicet ordinis fratrum mjunorum Conuentus Colinbriensis. ad subdiaconatus ordinem fuit promotus.

[...]

[Fl. 20 vº]

[1410. 12. 21. Coimbra]

Item fratrem Alfonsum de Bacal ordinis fratrum minorum Conuentus Colimbriensis. filium gunsaluij fernandj et eius vxoris Marie fernandj. habitantium in diocesis Bracharensis ad primam et ad omnes mjnores ordines iam promotus. ad subdiaconatus ordinem.

[...]

Item fratrem Johanem de Castello ordinis mjunorum conuentus Colimbriensis. filium gunsaluij gomecij et eius vxoris Agnetis stephanj habitantium in diocesis lameccensis ad omnes mjnores et subdiaconatus ordines iam promotum ad dyaconatus ordinem.

[...]

[Fl. 21]

Item fratrem Alfonsum de Baldigem ordinis mjunorum Conuentus Colinbriensis. filius Martinj Antonij et eius vxoris Guyomar laurencij habitantium in Baldigem. lameccensis diocesis. de legitimo matrimonio procreatus. promotus. ad titulum sue paupertatis ad omnes mjnores subdiaconatus et diaconatus ordines. iam promotum. ad presbiteratus ordinem.

Item fratrem Alfonsum de Cernache ordinis mjunorum Conuentus Colimbriensis filium gunsaluij fernandi et eius vxoris. Erene. Alfonsi. habitantium. in cernache ad omnes mjnores subdiaconatus et diaconatus ordines iam promotum. ad presbiteratus ordinem.

[...]. //

Doc. 10

1420, Dezembro, 20 e 21, Coimbra — *Ordenações sacras de Frades mendicantes ministradas por D. Fr. Lopo, bispo titular de Salmasa, por licença de D. Fernando, prelado de Coimbra.*

ANTT — *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 53, Doc. 2045, caderno com 7 fólios.

[Fl. 1vº]

Item fratrem Johannem de Verride colimbriensis diocesis. de legitimo matrimonio conuentus ordinis fratrum mñorum. ⁴ colimbriensis de [licentia] suj guardianj. ad primam et ad omnes mñores [ordines].

Item fratrem Johanem de guardia conuentus Egitaniensis ordinis fratrum mñorum ⁵ de licencia suj guardianj. ad primam et ad omnes mñores [ordines].
[...]

[Fl. 3]

Item frater lopus de colimbria ordinis fratrum predicatorum conuentus colimbriensis, de licentia suj prioris ad omnes ordines iam promotum. ad subdiaconatus.

Item fratrem Antonium de colimbria ordinis fratrum mñorum conuentus colimbriensis de licencia suj guardianj ad omnes mñores ordines iam promotum, ad subdiaconatus ordinem promouit.

[...]

[Fl. 4]

Item fratrem Alfonsum de Ioruaão ordinis mñorum conuentus Colinbriensis de licencia suj guardianj.

[...]

[Fl. 5]

Item fratrem Johanem de soutu. ordinis predicatorum conuentus colimbriensis de licencia suj prioris. ad diaconatus ordinem fuit promotus.

Item fratrem Johanis de Elbora ordinis predicatorum conuentus Monasterij de batalha. de licencia suj prioris ad diaconatus.

Item fratrem Aluarum de sanctarem ordinis predicatorum conuentus Monasterii de batalha de licencia suj prioris ad ⁶ diaconatus.

[...]

⁴ Corrige-se de: «de. le[gitimo] conuentus».

⁵ Repetiu: «de».

⁶ Corrigiu de: «s[ub]».

[Fl. 7]

Item fratrem Iopum de sancta arena ordinis predicatorum conuentus Colimbriensis ⁷ de licencia suj prioris ad presbiteratus.

[...]

Item fratrem Martinum de Begia ordinis mjinorum conuentus de leyria de licencia suj gardianj ad presbiteratus. //

Doc. 11

1431, Maio, 26, Coimbra — *Ordenações de Frades mendicantes dadas por D. Álvaro Ferreira, bispo de Coimbra.*

ANTT — *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 95, Doc. 4630, caderno com 8 fólios.

[Fl. 3 - Ad minores ordines]

Item fratrem Johannem de sancta clara ordinis Sancti <Francisci ⁸ de licencia suj superioris.

Item fratrem didacum ⁹ de cojmbr. ordinis Sancti <francisci> ¹⁰, de licencia suj superioris.

[...]

Item fratrem Johanem de portu.

Item fratrem magnuelem

Item fratrem egidium

[...]

ordinis sancti dominici de licencia
suj superioris.

[Fl. 4 - Ad minores ordines]

Item fratrem ludouicum ordinis sancti francisci presentatum de licencia suj superioris.

[...]

[Fl. 5 - Ad subdiaconatus]

Item fratrem gonsaluj ordinis Sancti dominici de licencia suj superioris.

[...]

[Fl. 6 — Ad diaconatus]

Item fratrem fernandum ordinis sancti dominici. de licencia suj superioris.

⁷ Repetiu: «de».

⁸ Corrigiu de: «dominici».

⁹ Riscou: «deco».

¹⁰ Corrigiu de: «dominici».

[Fl. 7v^o - Ad sacerdotalem ordinem]

Item fratrum lupum ordinis sancti dominici. de licencia suj superioris.

[...]

Item fratrem Johannem

Item fratrem fernandum } ordinis sancti francisci de licencia suj superioris.

[...]. //

Doc. 12

1435, Março, 31 - Abril, 1, Penela — *Ordenações sacras e Frades mendicantes por D. Fr. Aimaro, bispo de Ceuta, por licença do vigário geral de Coimbra, Álvaro Pais.*

ANTT — *Sé de Coimbra*, 2^a incorp., M^o 53, Doc. 2048, caderno com 9 fólios.

[Fl. 3 - Ordines minores]

Item frater laurentius de sancta Justa.

presentati de licencia suj superioris
ordinis predicatorum .scilicet. sancti
dominici. colimbriensis diocesis

Item frater Rodericus de spinetis.

[...]

[Fl. 5 - Epistula]

Item frater Johannes guabriellis. ordinis sancti domjnici ciujtatis elborensis
presentatus de licencia suj superioris.

[...]

[Fl. 7v^o - Evangelium]

Item frater Johannes ualascj ordinis sancti francisci uli[x]bonensis. presentatus
de licencia suj superioris.

[...]

[Fl. 8v^o - De missa]

Item frater didacus portuensis ¹¹ ordinis predicatorum sancti dominici
presentatus de licencia suj superioris. //

¹¹ Riscou um: «h».

Doc. 13

1445, Dezembro, 10, Lourosa e 12 (Domingo), Coimbra — *Registo da excomunhão lançada pelo bispo conimbricense D. Luís Coutinho sobre as autoridades concelhias (João Pacheco e Gil Vasques, juizes ordinários, João Lourenço e João Afonso, vereadores, Aires Eanes, alcaide e Pero Afonso, tabelião) por não haverem respeitado o direito episcopal do relego desde S. Martinho até Stª Maria de Fevereiro nos coutos da Mealhada e Vacariça. A excomunhão foi pronunciada na Sé catedral, num Domingo, após a pregação de Fr. Afonso de Lorvão, da Ordem dos Pregadores.*

AUC — *Cofre: Rolos de Papel, N° IV*, (extratamos apenas os registos da publicação da sentença excomungatória).

[...]

Bem sabees e deuees saber como christãos e perssoas discretas que sões, como a nossa madre Sancta egreja he madre e cabeça dos fices christãos, os quaees como seus filhos obedientes com grande rreuerença lhe deuem obedecer guardando os priuilegios Jmunidades e liberdades della, doutra guisa, aquelles que o contrairo fazem nom podem scapar aas penas contheudas em directo asy canonico como çiuell que as guardar e mandar [... e porque] forçossamente fezestes vender logo vinhos aos ssobredictos moradores do dicto logo da mealhada sub çertas penas [... lançando sobre os] ssobredictos jujzes e cada huum de bos e em Vos Joham lourenço e joham afonso ssobredictos jujzes e cada huum de bos e em Vos ayres eannes e pero afonso tabeliam e cada huum de bos Sentença de excomunhom. [...].

[No verso do rolo]

Item domingo que foram xij dias do mes de dezembro do Anno do Nascimento de Nosso Senhor jehsu Christo de mill e iiij^e e Rb dentro na see dessa meesma pregaando frei afonso de loruão <fraire> doctor da ordem de Sam domingos se pos no pulpeto antom pães da dicta çidade contheudo em esta carta desta outra parte <scripta> ¹² e de fernam vaasquiz outrosi procurador dessa meesma E de muitos çidadãos homeens e molheres da dicta çidade que estauam aa pregaçom do dicto antom pãez leeo e pobricou toda esta carta de verbo ad verbum asy como em ella he contheudo. A quall asy leuda e pobricada como dicto he logo per o honrrado prior de folques foy rrequirido a mjm scripuam adiante nomeado que da pobricaçam que asy fazia o dicto antom no dicto logar e testemunhas presentes scpreuesse tudo nas costas desta carta e asijnasse per mym scripto no dicto mes e anno ut supra testemunhas o deam da dicta see e o thesoureiro della E a mayor parte do collegio da dicta egreja de coinbra. E Joham gonçalvez jenrro

¹² Riscou: «contheuda».

de gill belho e johane andre e pedr eannes scripuam da coudellaria e aluaro nunez aljubeiro do dicto Senhor bispo. E outros muitos homeens e molheres e poboo da dicta çidade que estauam aa dicta pregaçom E poreu asijney aquj de meu Signall.

a) [... aluarez notuit (?)].

Eu antom pãaez dou de mym fe que eu plubiquey esta carta desta outra parte scripta domingo que foram doze dias de dezenbro na see de Coimbra, sayndo ffrey afomso fraire de sam domingos da pregaçom Em presença da mayor parte do poboo da dicta çidade testemunhas pero d atayde deam da dicta çidade e per Vasco anes tesoureiro e pero lourenço arçidiagoo de penella e nicollão giraldez coonigo da dicta see e joham afoomso scudeiro uereador e fernam uaasquez procurador da dicta çidade e joham andre E outros mujtos E por certeza desto asijney aqui do meu nome, ano de Rb.

a) antom paaez. //

Doc. 14

1470, Dezembro, 14 - 1471, Maio, 3, Coimbra — *Matrículas de ordens sacras de frades mendicantes realizadas em Coimbra por D. Nuno, bispo de Tânger e Ilhas, por consentimento de D. João Galvão, prelado conimbricense.*

ANTT — *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 94, Doc. 4507, caderno com 9 fólhos.

[Fl. 6vº - Espístola]

Item frey Joham de lixboa da ordem da ordem [sic] de sam francisco com lecença do mayor.

[...]

Item frey lujs da hordem de sam domjngos de cojnbra.

[...]

[Ordens de Evangelho]

Item frey martinho da ordem de sam francisco d ouseruancia com lecença.

Item frey pero de lixboa da hordem de sam domjngos do Mosteiro de cojnbra.

[...]. //

Doc. 15

1472, Setembro, 19 - Outubro, 4, Coimbra — *Matrículas de ordens sacras de frades mendicantes realizadas em Coimbra por D. Nuno, bispo de Tânger e Ilhas, por consentimento de D. João Galvão, prelado conimbricense.*

ANTT — *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., Mº 94, Doc. 4536, caderno com 8 fólios.

[Fl. 1- Ordens menores]

Item frey antonjo de crasto do conuento de Salamanca proujncia de sanctiago.

[Fl. 5vº - Espístola]

Item frey pedro d aaueyro.

[Fl. 6 - Evangelho]

Item frey matheus de xerez.

[Fl. 7vº - Ordens de missa]

Item frey affomso de çamora.

[...]. //